

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SÓCIO-ECONÔMICO
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL**

EDILaura ANA STEFFENS

**CAPITALISMO E CRISE AMBIENTAL: UMA NOVA QUESTÃO PARA O
SERVIÇO SOCIAL**

Florianópolis, 2007.

EDILAURA ANA STEFFENS

**CAPITALISMO E CRISE AMBIENTAL: UMA NOVA QUESTÃO PARA O
SERVIÇO SOCIAL**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina, para a obtenção do título de Bacharel em Serviço Social.

Orientadora: Prof^a Dr^a Simone Sobral Sampaio.

FLORIANÓPOLIS, 2007.

AGRADECIMENTOS

Gostaria de expressar, em primeiro lugar, minha eterna gratidão aos meus pais. Amovos, pela vida que me destes, por todo amor, carinho, educação e confiança que depositaram em mim. Parte do que sou hoje devo a vocês.

Agradeço à minha irmã Linda, que durante muitos anos esteve muito presente, diariamente em minha trajetória, acompanhando meus sonhos, minhas metas, meus medos, e angústias e que sempre gentilmente me estendeu a mão.

Às minhas amigas Jiana e Carol, pelos momentos intensos que partilhamos como as viagens, os trabalhos, as discussões, as trocas de informações e saberes. Além disso, pela linda amizade com seus inúmeros momentos de alegrias, de diversão e de confiança. Amo vocês!

Agradeço à minhas amigas e colegas de sala, Natalli, Hellen, Cris, Valéria e também Marilene pela amizade, pelo e companheirismo durante todo o tempo. Pelos diversos trabalhos em conjunto, pelos inúmeros puxões de orelha. E não poderia deixar pelas nossas reuniõezinhas do “clube da Luluzinha”, onde filosofávamos sobre as mais simples coisas da vida. Adoro vocês!

Aos meus, colegas e amigos do Programa de Educação Tutorial - PET: Bárbara, Rodrigo, Rinald, Luiz Fernando. Keila, Noêmia, Karina, Elaine, Vitor, Arnaldo, Tobias, Grethin, Marjori, Luciane e Luigi, pois nestes quatro anos como bolsista aprendi muito mais do que “ensino, pesquisa extensão” em Serviço Social, aprendi a conviver em grupo, a socializar, a construir coletivamente, a trabalhar com conflitos, com idéias e diferentes concepções de mundo em um ambiente alegre e descontraído.

Não poderia deixar de agradecer à Jiana, Carol, Rinald e Grethin, pelo apoio técnico na elaboração desta monografia.

Às minhas amigas Ana Cláudia e Cristiane, pela amizade e pelos inúmeros e constantes momentos de alegrias e expectativas que compartilhamos juntas.

À Profa Dra Maria Del Carmen, tutora do PET – Serviço Social que através das ricas e estimulantes discussões e conversas, formais e informais, contribuíram para meu crescimento acadêmico, profissional e pessoal.

À orientadora Profa Dra. Simone Sobral Sampaio, pelo profissionalismo, pela troca de conhecimentos, de informações, sugestões e paciência durante a construção deste trabalho.

À Porfa Dra. Paula Brügger, pela valiosa troca de saberes em sala de aula, que me fizeram esclarecer e compreender diversos aspectos desde ecológicos, sociais, econômicos até espirituais e que estimulou e aguçou ainda mais meu interesse pela temática sócio-ambiental. Agradeço as inúmeras indicações de livros e textos para leitura e troca de idéias, mesmo via e-mail.

À Assistente Social, Andréia Estrella, que trabalha na Secretaria Municipal do Meio Ambiente de Guarujá – SP, que mesmo não nos conhecendo pessoalmente, trocamos diversas informações e idéias sobre a questão ambiental, via e-mail e via correios.

Agradeço também a todos os professores da UFSC, aos profissionais que conheci dentro e fora da universidade, que durante estes anos de formação souberam, de uma forma ou de outra, me orientar na formação acadêmica e profissional.

“Quando a última árvore tiver caído,
Quando o último rio tiver secado,
Quando o último peixe for pescado,
Vocês vão entender que dinheiro não se come!”
(Greenpeace)

“Não herdamos a terra de nossos pais,
Mas a tomamos de empréstimo de nossos filhos.”
(Lester Brown)

"Não nego a necessidade objetiva do estímulo material, mas sou contrário a utilizá-lo como alavanca impulsora fundamental. Porque então ela termina por impor sua própria força às relações entre os homens."

(Che Guevarra)

RESUMO

STEFFENS, Edilaura Ana. **Capitalismo e Crise Ambiental**: uma nova questão para o Serviço Social. 2007. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em serviço Social) – Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis.

O presente Trabalho de Conclusão de Curso, consiste em uma investigação bibliográfica sobre o sistema capitalista em sua lógica de apropriação dos recursos naturais e humanos, ou seja, a maneira como o modelo de desenvolvimento econômico adotado vem produzindo um modo de vida altamente insustentável, resultando em uma profunda crise ambiental global, que atinge todas as esferas da sociedade – ecológica, social, política, cultural, econômica etc. Estas profundas transformações que ocorrem na estrutural social e que afetam diretamente na qualidade de vida da população, exigem novas estratégias de enfrentamento destas problemáticas, dos mais diversos campos profissionais, inclusive para os profissionais do Serviço Social que atuam diretamente nas manifestações da questão social. Assim a reflexão neste trabalho, perpassa pela importância do debate e da investigação sobre a crise ambiental enquanto uma das expressões da questão social, na formação dos assistentes sociais, com também a possibilidade de abertura de campos de intervenção.

Palavras Chaves: Capitalismo, Crise Ambiental e Serviço Social.

ÍNDICE

| | | |
|----------|--|-----------|
| 1 | INTRODUÇÃO | 8 |
| 2 | CAPITALISMO E CRISE AMBIENTAL | 10 |
| 2.1 | Regime de acumulação Fordista | 11 |
| 2.2 | Crise/Questão Ambiental..... | 16 |
| 2.2.1 | Questão Ambiental e Meios de Comunicação..... | 20 |
| 2.2.2 | Questão Ambiental e Urbanização | 23 |
| 2.2.3 | Questão Ambiental e Biotecnologia..... | 25 |
| 2.3 | Questão Ambiental: uma questão social | 28 |
| 2.4 | Movimentos sociais e ambientais | 35 |
| 2.4.1 | Movimento Nacional da Reforma Urbana (MNRU)..... | 37 |
| 2.4.2 | Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) | 40 |
| 3 | SERVIÇO SOCIAL E FORMAÇÃO PROFISSIONAL | 47 |
| 3.1 | Serviço Social e suas competências | 47 |
| 3.2 | Formação profissional | 51 |
| | CONSIDERAÇÕES FINAIS | 60 |
| 4 | REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS | 63 |

LISTA DE FIGURAS

| | | |
|-----------------|-------------------------------------|-----------|
| FIGURA 1 | - MAPA DA CRISE GLOBAL | 45 |
|-----------------|-------------------------------------|-----------|

1 INTRODUÇÃO

O Serviço Social é uma profissão de caráter interventivo, atua nas diversas expressões da vida em sociedade, de modo que se torna preocupação desta monografia, fazer uma breve discussão ou reflexão acerca da questão ambiental enquanto uma questão social também.

No entanto, percebe-se que a “questão social”, quando problematizada, ainda aparece em constantes análises compreendida somente a partir de determinantes econômicos, como se esses fossem as únicas injunções desse processo. De outro modo, quando isso vem deslocado da dinâmica das relações sociais atravessadas por processos culturais, políticos, ambientais, sociais, éticos etc., empobrece-se aquele observatório.

A discussão sobre a questão ambiental vem ocupando espaços de destaques e chamando a atenção dos mais variados segmentos da sociedade global, não por ser simplesmente um assunto atual, ou por modismo, mas por colocar em xeque o comportamento e o modo de vida de toda a sociedade.

Hoje por exemplo, qual é a finalidade, qual é o objetivo da aceleração das mutações técnico – científicas; das crescentes integrações das economias, do avanço do capitalismo, do neoliberalismo? O que fazer com o aumento do número de desempregados, de crianças desassistidas, subnutridas, de pessoas em miséria absoluta? Quantas pessoas morrendo de fome e vítimas da violência, da opressão, do racismo, da depressão, da angústia, do medo, da neurose? Quais serão as proporções do desmatamento, dos desequilíbrios ecológicos, da poluição, da escassez? Talvez não devêssemos nos referir as catástrofes ditas “naturais” no mundo, mas a barbáries que afetam a vida humana. A perspectiva da problemática sócio ambiental em nossa sociedade é assustadora. Com qual realidade iremos nos deparar em futuro próximo, se nada ou pouco for feito?

A motivação e o interesse para a escolha do tema desta monografia surgiram durante o período de graduação, enquanto aluna do curso de Serviço Social e na aproximação com o tema em eventos, discussões e disciplinas de outros cursos, de outras áreas, em leituras bibliográficas e na própria leitura da realidade, que fez surgir indagações e questionamentos a respeito da questão sócio-ambiental.

Nesse sentido, a realização deste trabalho tem como objetivo principal contribuir e estimular a discussão sobre a problemática ambiental e social enquanto problemas que são interligados e interdependentes. Não se pretende nesta investigação apontar propostas nem traçar estratégias ou indicar um receituário pronto e acabado. Até mesmo porque o assunto e

discussão não se esgotam aqui, trata-se de uma contribuição para a discussão do tema dentro do curso de Serviço Social.

Essa monografia, através de pesquisa bibliográfica, procurou análises que buscavam ampliar o conhecimento sobre a relação e o processo de organização social e historicamente, como interferem no ecossistema natural do planeta, e como esses processos modificam os desafios políticos, bem como, atualizam objetos profissionais, no caso, da profissão de Serviço Social.

Desta forma, a presente monografia está estruturada em apenas dois capítulos. O primeiro se refere à abordagem do regime de acumulação capitalista e a crise ambiental, evidenciando conceitos e processos históricos que envolvem a crise ambiental. Assim, está dividido em subitens que trazem a discussão sobre o relacionamento e a forma de organização da sociedade, destacando apenas alguns temas que estão diretamente em conexão com a crise ambiental e social. Tais como, a questão ambiental e os meios de comunicação; a questão ambiental e os conflitos urbanos, a questão ambiental e a biotecnologia. Ainda, apresenta uma discussão sobre os movimentos sociais e ambientais, trazendo como exemplos o Movimento Nacional de Reforma Urbana (MNRU) e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), como formas de contestações e resistências da sociedade civil que colocam em questionamento o modo de vida na sociedade capitalista.

No segundo capítulo, apresenta-se uma discussão teórica sobre o Serviço Social e a formação profissional, refletindo brevemente sobre a emergência do Serviço Social enquanto profissão inserida na divisão sócio-técnica do trabalho, o que estabelece e exige competências e habilidades para o exercício profissional. Neste sentido, pensar a questão ambiental, enquanto uma questão social, no contexto das intervenções dos assistentes sociais, remete a reflexão sobre a formação profissional enquanto conhecimento teórico-crítico para o enfrentamento da complexidade atual. As discussões apontadas neste item pretendem contribuir para o enriquecimento aos conteúdos trabalhados no Serviço Social, embora não tenha a pretensão de propor novos conteúdos, e sim provocar uma reflexão sobre os mesmos.

2 CAPITALISMO E CRISE AMBIENTAL

“Porque tanto procuram vida em marte?
A vida está aqui e ninguém cuida dela!”
(Camila de Cássia dos Santos)

A segunda metade do século XX foi palco de inúmeras transformações significativas em diversas dimensões do planeta terra. O ser humano através da ciência e da tecnologia tem buscado o *desenvolvimento e progresso*, subentendido como melhoria da qualidade de vida. Porém o modelo de desenvolvimento adotado inicialmente e que ainda mantém é o desenvolvimento econômico, sustentado pela agroindústria, indústria petrolífera, nuclear, de transportes, petroquímica, de telecomunicações e mais atualmente a biotecnologia e a nanotecnologia. Este sistema visa à modernização e a máxima produção de “bens” materiais na satisfação das necessidades humanas, mas no contexto da sociedade de consumo, guiada pelo lucro – leia-se exploração – pergunta-se: quais necessidades humanas? Assim, Hoff acrescenta (apud BARRETO, 2003, p. 31) “[...] tão logo a primeira necessidade é satisfeita, a ação de satisfazê-la e o instrumento já adquirido para essa satisfação criam novas necessidades [...]”.

É também na busca de saciar estas necessidades, que a produção e o consumo em massa, “desnecessários”, contribuem diretamente para a degradação ambiental, através do desperdício, do lixo, da poluição, da ‘sociedade descartável’, conforme Mészáros,

[...] a sociedade descartável encontra o equilíbrio, entre produção e consumo necessário para sua contínua reprodução, somente se ela puder artificialmente ‘consumir’ em grande velocidade (isto é, descartar prematuramente) grandes quantidades de mercadorias, que anteriormente pertenciam à categoria de bens relativamente duráveis. Desse modo, ela se mantém como sistema produtivo, manipulando até mesmo a aquisição dos chamados ‘bens de consumo duráveis’, de tal sorte que estes necessariamente tenham que ser lançados ao lixo [...] muito antes de esgotada sua vida útil (apud BARRETO, 2003, p. 26).

Dessa forma, neste sistema de produção e de consumo massificado, é possível observar como a natureza está submetida puramente como matéria de utilidade, como uma grande fábrica. O moderno sistema industrial depende dos recursos em uma dimensão desconhecida, porém ignora a preocupação com os recursos limitados e que também são necessários depósitos ou locais apropriados para destinar os rejeitos, esquecendo que os

ecossistemas não têm mais capacidade de absorção e regeneração, mas mesmo assim o capitalismo se mantém de forma expansiva e se amplia aceleradamente. Harvey salienta que,

No domínio da produção de mercadorias, o efeito primário foi a ênfase nos valores e virtudes da instantaneidade (alimentos e refeições instantâneos e rápidos e outras comodidades) e da descartabilidade (xícaras, pratos, talheres, embalagens, guardanapos, roupas etc) (1992, p. 258).

Neste sentido, no processo de superprodução e consumo de mercadorias que o autor ainda lembra sobre a sociedade se encontram atualmente em uma dinâmica do “descarte”, onde são jogados fora os bens materiais indesejados ou não mais “úteis”. Um dos efeitos disso foi à submissão das pessoas a conviver com a novidade, com a descartabilidade e obsolescência instantâneas e não desprezam apenas bens materiais, mas também se tornaram capazes de “atirar fora valores, estilos de vida, relacionamentos estáveis, apegos a coisas, edifícios, lugares, pessoas e modos adquiridos de agir e ser” (HARVEY, 1992, p. 258).

O sistema capitalista, tal como surgiu, enquanto modo de regulação social e econômica, para manter sua dinâmica expansiva nestes fundamentos, não necessita apenas da garantia dos meios materiais úteis a cada ciclo de produção, mas necessita também da reprodução das classes sociais, fazendo com que haja sempre pessoas em condições ou que, para sobreviver, tenham que submeter suas vidas aos donos do capital.

Ao lado dos avanços técnico-científicos, como a descoberta de curas para doenças e aumento da expectativa de vida dos seres humanos, dos benefícios que estes trazem para a sociedade, verificamos as contradições que este mesmo sistema é capaz de produzir como o aumento da pobreza, da violência, do preconceito, extinção de espécies, mudanças climáticas, poluição, esgotamento de recursos naturais e a própria degradação humana.

2.1 REGIME DE ACUMULAÇÃO FORDISTA

O processo descrito acima pode ser percebido ao longo do desenvolvimento do capitalismo. Porém neste trabalho será utilizado para análise o sistema fordista de desenvolvimento econômico, que teve início nos Estados Unidos na década de 1920, quando Henry Ford, criou um novo modelo de organização e racionalização do processo de produção objetivando a máxima produtividade aumentando o ritmo de trabalho, reduzindo o tempo e

também o desperdício na produção de mercadorias. Essa doutrina de produtividade estabelecia regras de posicionamento e posturas dos trabalhadores em extensas horas de trabalho. Nessas transformações do trabalho, o operário era visto apenas como uma extensão da máquina, através de um comportamento padronizado e rotineiro.

Certamente esse sistema pode ser considerado um avanço para o crescimento da indústria, principalmente a automobilística, mas não foi apenas isso, o que o envolvia era ainda muito mais complexo do que apenas a produção em massa, pois visava também o consumo em massa, um novo modo de vida das pessoas e uma nova política de controle. Conforme Gramsci (apud Harvey 1992, p.121) “os novos métodos de trabalho são inseparáveis de um modo específico de viver e de pensar e sentir a vida”. Ou seja, este sistema extrapola as modificações, regras e normas das organizações nos espaços internos das indústrias e se estende como forma de organização de toda a sociedade.

A história do modo como se desenvolveu e estabeleceu o modelo fordista e se estendeu por todo mundo, encontrou inúmeras dificuldades e resistências em diversos setores, aspectos e em diversos países. Durante as primeiras décadas do século XX, principalmente no período entre guerras, o fordismo teve pouca ênfase por causa das fortes relações de classes e pelos mecanismos de intervenções estatais.

Foi apenas após 1945, no pós-guerra, que o modelo fordista atingiu a maturidade enquanto regime de acumulação, e se apresentou como o único e melhor padrão de acumulação, onde começou a colher seus frutos na expansão pela Europa, que se encontrava desorganizada e destruída pela guerra. Neste período, nos países capitalistas foi possível observar, de modo significativo, uma elevação no padrão de vida material da população (as possibilidades de crises estavam temporariamente controladas).

Segundo Harvey, este conjunto de práticas de controle do trabalho se estendeu de forma acentuada de 1945 a 1973, período caracterizado pelo autor de fordista-keynesiano. “O fordismo se aliou firmemente ao keynesianismo, e o capitalismo se dedicou a um surto de expansões internacionalistas de alcance mundial que atraiu para sua rede inúmeras nações descolonizadas” (1992, p.125).

Tendo a frente os Estados Unidos, por meio do poder e alianças militares, aliado também ao modelo econômico Keynesiano, no controle social entre capital e trabalho, e controle dos ciclos econômicos, o fordismo partiu para a expansão mundial, com a ascensão do setor da indústria, transportes, construção civil, aço, petroquímico, eletrodoméstico que impulsionou o crescimento econômico. Nesse contexto foi preciso que o Estado assumisse um novo modo de regulação, através de estratégias de controle de ciclos econômicos e políticas

fiscais e monetárias, para estabilizar o capitalismo e ao mesmo tempo evitar contestações e ainda as desordens civis causadas pela população descontente e fora do mercado de trabalho. Essas estratégias permitiram o acesso a serviços de assistência a saúde, educação, habitação e acordos salariais e direitos trabalhistas, somadas as práticas repressivas. Assim poderia chegar ao chamado Estado de Bem- Estar Social ou Welfare State.

Por várias décadas depois da Segunda Guerra Mundial, o modelo Keynesiano de economia capitalista, baseado num contrato social entre o capital e o trabalho e num controle sutil dos ciclos econômicos nacionais por meio de medidas tomadas pelo poder estatal – elevação ou redução das taxas de juros, aumento ou diminuição de impostos, etc – teve um grande êxito e levou a prosperidade econômica e a estabilidade social à grande maioria dos países que seguiam economias de mercado de caráter misto. Na década de 1970, porém, esse modelo atingiu os seus limites conceituais (CAPRA, 1992, p. 147).

No final da década de 1960 e início de 1970, este modelo começa a apresentar sinais de esgotamento após anos de crescimento, no qual os capitalistas começam a perceber que não era mais possível crescer expandindo seus mercados e capacidade produtiva de maneira padronizada, mesmo porque já haviam praticamente se esgotado os principais mercados do mundo, além da forte presença dos movimentos sociais e políticos contestatórios, da queda das taxas de lucro, da crise do petróleo, da oscilação inflacionária e de um enorme contingente de desempregados e miséria e da existência do colapso de super acumulação de capital dada pela incapacidade de responder à retração do consumo que se acentuava.

Na Europa e nos Estados Unidos, as décadas de 1960 e 1970 não foram só época de inovações tecnológicas revolucionárias, mas também uma era de grande turbulência social. O movimento pelos direitos civis no sul dos Estados Unidos, o movimento pela liberdade de expressão nos campus de Berkeley, a Primavera de Praga e a revolta dos estudantes parisienses de maio de 1968 – com tudo isso, surgiu no mundo inteiro uma “contracultura” que defendia o questionamento das autoridades, a liberdade e o poder do indivíduo e a expansão da consciência tanto espiritual quanto socialmente (CAPRA, 1992, p. 146).

Enfim, o poder dos grandes monopólios empresariais ignorou os custos sociais e ambientais de suas atividades econômicas e se deparou com uma crise de Estado, que não conseguia mais garantir ou manter o crescimento econômico e muito menos a garantia de uma política social. De fato, esta crise do modelo fordista e keynesiano, era a expressão de um

quadro crítico mais complexo, representava em seu significado mais profundo uma crise estrutural do capital.

Como resposta a esta crise do sistema capitalista, nos anos seguintes se inicia um novo e conturbado processo de reestruturação e reorganização do capital, da economia, política e social conhecido como o regime de acumulação flexível, apoiado na flexibilização e fragmentação dos processos e do mercado de trabalho, como também dos produtos e padrões de consumo. Este novo regime é marcado por um novo sistema ideológico e político de dominação, com o advento do neoliberalismo, privatização Estatal e desregulamentação dos direitos trabalhistas.

A transição para a acumulação flexível foi feita em partes por meio da rápida implantação de novas formas organizacionais e de novas tecnologias produtivas [...]. Para os trabalhadores, tudo isso implicou uma intensificação dos processos de trabalho e uma aceleração na desqualificação e requalificação necessárias ao atendimento de novas necessidades de trabalho (HARVEY, 1992, p. 257).

A acumulação flexível permite aos empregadores, um maior domínio e controle sobre a força de trabalho, isso porque a flexibilização implica diretamente no aumento dos desempregados, ou seja, aumento do chamado exército de reserva ou mão-de-obra excedente. Pela primeira vez, um tipo de trabalho humano está sendo gradualmente eliminado do processo de produção, como se fosse uma nova doença que vai se infiltrando e alastrando, destruindo e desequilibrando vidas.

Esse processo de reestruturação produtiva resultou em um agressivo impacto no mercado de trabalho reduzindo o emprego e a contratação regular, abrindo espaço para o crescimento de contratações temporárias ou subcontratações, terceirizações, desregulamentação das leis trabalhistas, dentre outros fatores com forte implicação na fragmentação da classe trabalhadora, “mais grave que o desemprego é a vulnerabilidade do trabalho, sua precarização e submissão à ordem do mercado, gerando trabalhadores excedentes, sobrantes inválidos” (BÓGUS, 1997, p.12). Embora alguns novos empregos estejam sendo criados, as filas de desempregados e subempregados crescem diariamente. Segundo a Organização internacional do Trabalho – OIT ,

[...] cerca de 180 milhões de pessoas no mundo estão em situação de desemprego aberto (procurando mas não achando), das quais bem mais de um terço são jovens de 15 a 24 anos. Cerca de um terço da mão-de-obra no mundo está desempregada e subempregada (“desocupada” e “subocupada”

na terminologia mais comum do IBGE) (OIT, Disponível em: < <http://www.oitbrasil.org.br/emprego.php> > Acesso em 17/02/2007).

Na dinâmica capitalista, com a queda das barreiras espaciais e geográficas e internacionalização de mercadorias e empreendimentos é possível uma grande corporação multinacional ter apenas um pequeno escritório em qualquer cidade e tomar decisões, gerenciar, controlar qualidade e custos financeiros de produção e vendas de diversas outras empresas filiais ou filiadas espalhadas por todo mundo chamadas de *Holding* ou empresas “mãe”. Nesse sentido, o modo de acumulação flexível se refere à descentralização da produção e centralização do poder no domínio de produção de mercadorias.

O movimento dos trabalhadores, juntamente com as organizações sindicais, que teve participação e atuação direta em toda história do mundo do trabalho, hoje também vem sofrendo os efeitos da reestruturação flexível que tem demonstrado um visível enfraquecimento nas lutas trabalhistas operárias, principalmente com o fato de demissões em massa que conseqüentemente perderam associados, e muitos deles se renderam às empresas através do jogo de buscar saídas com negociações para evitar o desemprego imediato.

Foi na década de 1970 que na busca por novas ferramentas, novos mercados e nova linha de produtos, se iniciou a chamada revolução tecnológica que é resultado do avanço e uso de novas tecnologias, da microeletrônica e da robótica. Uma nova geração de sofisticadas tecnologias está sendo introduzida aceleradamente nos mais diversos aspectos do mercado de trabalho e demais esferas da vida.

Essas tecnologias associadas com as inovações das telecomunicações permitem o aumento da monopolização e fusões de grandes empresas, que administram e controlam um mercado Global. Conforme aponta Harvey,

[...] o mais interessante na atual situação é a maneira como o capitalismo está se tornando cada vez mais organizado através da dispersão, da mobilidade geográfica e das respostas flexíveis nos mercados de trabalho, nos processos de trabalho e nos mercados de consumo isso tudo acompanhado por pesadas doses de inovação tecnológica, de produto e institucional. [...] as informações precisas e atualizadas são agora uma mercadoria muito valorizada. O acesso à informação, bem como o seu controle, aliados a uma forte capacidade de análise instantânea de dados, tornaram-se essenciais à coordenação centralizada de interesses corporativos descentralizados. [...] o conhecimento da última técnica, do mais novo produto, da mais recente descoberta científica, implica a possibilidade de alcançar uma importante vantagem competitiva (1992, p. 150 – 151).

Em meados da década de 1980, a integração das relações econômicas e financeiras, em nível mundial, traz consigo inúmeras transformações com um acelerado desenvolvimento tecnológico e cultural, com explosão e intensificação das informações. A aceleração na produção envolve também acelerações na dinâmica de troca e de consumo de mercadorias, e da artificialização dos espaços e da natureza, como salienta Santos,

[...], pela primeira vez na história do homem, nos defrontamos com um único sistema técnico, presente no Leste e no Oeste, no Norte e no Sul, superpondo-se aos sistemas técnicos precedentes, como um sistema técnico hegemônico, utilizado pelos atores hegemônicos da economia, da cultura, da política (apud BRUGGER, 1999, p 11).

Esse complexo processo reconfigura várias formas que se encontram as relações sociais, interferindo nos processos midiáticos, na relação com a cidade, nos interesses científicos, nas formas de gestão empresarial como também nas formas de planejamento e governabilidade estatal, atingindo de maneira cada vez mais radical a questão ambiental.

2.2 CRISE/QUESTÃO AMBIENTAL

A princípio, para definir *crise* ou *questão* ambiental, são necessários alguns elementos anteriores, como a definição de que meio ambiente está se referindo. O termo meio ambiente é definido por diversos profissionais e especialistas de diferentes ciências. Para o ecólogo Richlefs (in REIGOTA. 1995 p. 12) meio ambiente é “o que circunda um organismo, incluindo as plantas e os animais, com os quais ele interage”.

No novo dicionário de língua portuguesa – Aurélio, não há definição de meio ambiente, somente sobre o termo “ambiente”, e que pode ser lido: [do latim ambiente] adj. 1) que cerca ou envolve os seres vivos ou as coisas por todos os lados; envolvente: meio ambiente; s.m. 2) aquilo que cerca ou envolve os seres vivos ou as coisas; meio ambiente; o lugar, sítio, espaço, recinto; ambiente mal ventilado; 4) Meio; 5) Arqut. Ambiência” (Dicionário de língua portuguesa Aurélio)

Ainda, Reigota diz que Meio Ambiente,

É o lugar determinado ou percebido, onde os elementos naturais e sociais estão em relações dinâmicas e em interação. Essas relações implicam

processos de criação cultural e tecnológica e processos históricos e sociais de transformação do meio natural e construído (1995, p. 14).

Estas várias definições demonstram a inexistência de um consenso, ou conceito único na comunidade científica, mas sim aproximações. Porém, neste trabalho, será utilizada a definição de Vieira, que define meio ambiente,

O termo Meio Ambiente pode ser introduzido para designar um conjunto de componentes físico-químicos e biológicos, associados a um conjunto de fatores sócio-culturais, suscetíveis de afetar (direta ou indiretamente, a curto, médio ou longo prazos) os seres vivos e as atividades humanas na ecosfera (1993, p. 27).

Portanto, o meio ambiente aqui tratado pode ser articulado em dois tipos, o natural e o culturalmente construído, pois os dois estão presentes na sociedade e em constante relação.

A idéia de *crise* faz parte do pensamento e de grande parte de interpretações dos acontecimentos do século XX. Não há espaço, lugar, situação que não esteja vinculado à idéia de crise. A crise se espalhou por todas as esferas da sociedade, na economia, na política, a ciência, na cultura, na ética, no ecológico, na civilização e em diversos outros setores. Costumeiramente, vê-se a crise sob a perspectiva de algo ruim, de negativo, de que algo não está bem. Além desta perspectiva, a crise pode comportar aspectos ou conteúdos reveladores, como momentos que podem gerar rupturas, modificações e transformações positivas. Portanto, a atual crise referida pode representar ao mesmo tempo risco e oportunidade.

Independente de que perspectivas e de qual crise está se referindo, antes de tudo é necessário conhecê-la para poder analisá-la e identificar para quais rumos está se encaminhando. Nesse sentido, pensar inicialmente em crise ambiental, para alguns parece somente à degradação dos ecossistemas naturais do planeta. Esta relação homem X natureza, que tem como fator “causador” dessa degradação a própria ação do homem, é chamada por alguns especialistas de intervenções antrópicas. Porém seria reducionista demais percebê-la apenas como tal, pois se refletirmos a sociedade em sua totalidade, a partir de uma análise histórica, podemos constatar que não é todo o conjunto social que atua diretamente nesta degradação, e sim uma pequena parcela que detém o poder e o comando do setor econômico, financeiro, e porque não dizer político também. Os problemas ambientais existem para toda população, atinge todos os indivíduos. Porém, a população mais miserável, os países ou povos mais pobres são os que mais sofrem, e sofrem duplamente, primeiro com a pobreza e depois com as conseqüências da degradação ambiental. E em nome da riqueza, de um suposto

desenvolvimento, esta pequena parcela, explora os recursos naturais e também os recursos humanos como um simples instrumento para se atingir um fim. Conforme Santos,

Esse processo se acelera quando, praticamente ao mesmo tempo, o homem se descobre como indivíduo e inicia a mecanização do Planeta, armando-se de novos instrumentos para tentar dominá-lo. A natureza artificializada marca uma grande mudança na história humana da natureza. Hoje, com a tecnociência alcançamos o estágio supremo dessa evolução (1994, p. 17).

Neste sentido, o autor nos aponta que, atualmente o processo de socialização se encontra mecanizado, artificializado, que os seres humanos que habitam o planeta, através dos meios tecnológicos modificam e transformam constantemente seu *habitat* natural. Porém, é preciso ressaltar que ao transformar o ambiente externo, transforma-se também.

Assim, a complexidade dos problemas atuais, faz surgir abordagens e denominações diferenciadas sobre o tema, como *crise* ou *questão*, o que tem gerado inúmeros questionamentos e discussões. Porém, neste trabalho será utilizando tanto o termo *Crise*, quanto *Questão* ao se referir aos problemas sócio-ambientais aqui tratados.

Assim, Brügger, se refere a questão ambiental,

[...] embora a expressão “meio ambiente” seja amplamente confundida com natureza, a questão ambiental diz respeito ao modo como a sociedade se relaciona com a natureza e isso inclui também as relações dos homens entre si, já que o homem também é natureza (1999, p. 17).

O que está colocado é a degradação ambiental enquanto “degradação” da própria qualidade de vida da população, ou de pelo menos grande parte dela, que está exposta e que sente os impactos da devastação que atinge tanto o ambiente natural, o ambiente cultural e socialmente construído. A problemática pode ser expressa na disparidade dos padrões de qualidade de vida, dos índices de desigualdades e de consumo das populações em diversos países, até mesmo nos países desenvolvidos.

Esta sociedade alicerçada no modo de produção capitalista segue apenas a duas regras básicas: produtividade e rentabilidade através de acordos e tratados comerciais que facilitam de maneira mais rápida e intensa os fluxos de materiais e de informação. O controle e poder estão concentrados em alguns pequenos grupos de grandes corporações, que tem também a sua disponibilidade uma das mais preciosas armas: a informação e a comunicação de massa. Esses meios altamente sofisticados, proporcionam a disseminação de imagens e mensagens em grande escala, influenciam diretamente as relações do homem com seu espaço natural e

também influenciam a relação entre os homens. Há um sistema de consumo que cria e recria necessidades e desejos humanos, que são altamente questionáveis.

Necessidades que são criadas pelo próprio sistema capitalista, e não mais necessidades que são inerentes à sobrevivência humana. Assim, Barreto apresenta que,

[...] identifica-se estreita relação entre criação de necessidades e a dinâmica do capitalismo, pois assim é possível haver um consumo que se renova a cada novo produto lançado. Porém existe uma distância entre o que se deseja e o que se precisa, e essa distância é atrofiada pelo capitalismo que transforma o desejo em necessidade, e as reais necessidades grande parte da população mundial não consegue satisfazer (2003, p. 31).

Neste sentido, o que está imposto é o valor de troca, não o valor de uso dos bens produzidos. Na lógica do sistema capitalista, a criação de necessidades é uma das condições essenciais para manter o desenvolvimento de acumulação do capital. Segundo Barreto, para o sistema capitalista tudo o que é material está em primeiro plano, e as outras necessidades, desejos, e direitos ficam em segundo plano.

Conforme nos apresenta Barreto,

A lógica do capital invade a mente do homem e comanda sua forma de pensar, seus valores e hábitos. Define o que é necessidade e cria constantemente novas que são também incorporadas pelo homem. As relações sociais são estabelecidas através do material, o ter passa a ser mais importante do que o ser, o homem é avaliado pela sua condição social e pelos bens que pode adquirir (2003, p. 10).

É nessa cultura globalizada, massificada que praticamente tudo se “unifica”; a mesma linguagem, os mesmos padrões estéticos e de beleza, os mesmos padrões de comportamentos, os mesmos aspectos culturais (narcisista, egocêntrico) etc. Nesse contexto de globalização, ao mesmo tempo em que as pessoas se comunicam enviando e recebendo mensagens através das eficientes ferramentas da *Internet*, (...) se fecham em um espaço cibernético individualista em que perdem-se os valores e sensibilidades humanistas, culturais, simbólicos, de subjetividade individual e coletiva, e ainda não dão conta do desaparecimento de ecossistemas a sua volta. As pessoas se encontram direcionadas (sob efeito homogeneizado, uniformizado) a uma cultura global de cientificidade.

O filósofo Felix Guatarri apresenta com precisão o domínio do sistema capitalista, afirmando,

[...] que o poder capitalista se deslocou, se desterritorializou, ao mesmo tempo em extensão – ampliando seu domínio sobre o conjunto da vida social, econômica e cultural do planeta – e em “intensão” – infiltrando-se no seio dos mais inconscientes estratos subjetivos (1993, p. 33).

As alterações ocorridas na sociedade não modificam apenas a vida material ou externa, mas modificam também, de forma assustadora, a natureza interna do homem.

Porém, a crença de que a modernidade traria o bem estar com a satisfação das necessidades somente através dos bens materiais, começa a ser questionada, pois o homem é um ser multidimensional, ou seja, possui também necessidades sociais, culturais, afetivas, políticas e não somente necessidades econômicas.

2.2.1 Questão Ambiental e Meios de Comunicação

Os processos de mundialização e ou globalização ocorridos na sociedade atual, não ocorrem apenas nos setores econômicos, mas também em diversos outros aspectos, como já mencionados no corpo deste trabalho. Neste sentido, a mídia também acompanha estes processos de transformações e evoluções tecnológicas e científicas. A história da sociedade nos demonstra que a revolução industrial levou a conhecida era industrial, e atualmente a revolução na área da informática, leva a era da informação. Os sistemas de comunicação e de fluxo de informações estão cada vez mais sofisticados e aperfeiçoados. Conforme assinala Fernandes “os meios de comunicação imprimem velocidade, ubiqüidade e penetrabilidade à mensagem, tornando-a poderosa em escalas e níveis jamais alcançados” (2001, p. 01).

Os meios de comunicação fazem parte do complexo sistema industrial, cuja única função é produzir e acumular lucros, e nesta lógica, manter o controle, reproduzindo o sistema que o sustenta. Concomitante ao fluxo intenso de informações ou notícias, o que também faz parte é o aumento da circulação das mercadorias, como o mercado dos bens de consumos (exemplos como a moda, utensílios, objetos, alimentos) que mobiliza aceleradamente o ritmo do consumo. A publicidade hoje é uma ferramenta importantíssima na concorrência entre empresas, tanto é que em muitos casos os investimentos em publicidade são maiores que os aplicados na própria estrutura da fábrica em itens como maquinários, trabalhadores e ou produtos. O que são criados hoje pelas empresas são marcas e não produtos; são criados ícones de cultura para a população consumista. A preocupação da publicidade se concentra

nas imagens, mensagens e signos que expressam e não com a qualidade das próprias mercadorias. Como salienta Harvey, “as imagens se tornaram, em certo sentido, mercadorias” (1992, p. 260).

A mídia é um espaço onde perpassa praticamente tudo, ou deveria passar quase tudo, os fatos, acontecimentos sócio-histórico-políticos, onde são transmitidas e recebidas as mais diversas mensagens em formas simbólicas, e tem o poder de manipular as mentes humanas. Harvey destaca que,

Toda essa indústria se especializa na aceleração do tempo de giro por meio da produção e venda de imagens. Trata-se de uma indústria em que reputações são feitas e perdidas da noite para o dia, onde o grande capital fala sem rodeios e onde há um fermento de criatividade intensa, muitas vezes individualizada, derramando no vasto recipiente da cultura de massa serializada e repetitiva. É ela que organiza as manias e modas, e, assim fazendo, produz a própria efemeridade que sempre foi fundamental para a experiência da modernidade (1992, p. 262).

Harvey chama a atenção para a atuação dos meios de comunicação, em especial a mídia, que através de suas imagens e mensagens influenciam diretamente o modo de pensar, agir e sentir dos indivíduos, manipulando opiniões, gostos e modificando os estilos de vida. A crescente reprodução destas imagens efêmeras e de futilidades, neste mundo cambiante, como define Harvey, dificulta manter uma ordem social coletiva e segura, pois os efeitos psicológicos e sociais no pensamento e ações na vida cotidiana não permitem ou dificulta a formação de identidade tanto individual quanto coletiva.

Em contrapartida, os ambientalistas e os movimentos sociais de modo geral buscam transformar os meios de comunicação como instrumentos educacionais e ferramentas facilitadoras na troca de informação, conhecimento e experiências enquanto campo de organização política. Entretanto são inúmeras as dificuldades enfrentadas, pois suas mensagens ameaçam diretamente o Estado e o mercado.

A grande imprensa, como os jornais impressos e a televisão são as principais fontes de informação de grande parcela da população, e a mídia é um grande instrumento a ser utilizado para democratizar o acesso à informação, sendo necessário garantir uma maior compreensão dos fatos em seus aspectos institucionais, políticos, sociais, éticos, culturais e econômicos. Foi a partir da década de 1970 que houve uma maior abertura para discussão e novas formas de abordagem da questão ambiental, também pelo fato da própria propagação do movimento ambientalista. Porém, o tema quando citado na imprensa teve como destaque notícias sobre desastres, catástrofes e ou notícias com conteúdos econômicos.

Em 1992, no Rio de Janeiro ocorreu a Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento, RIO – 92 foi um fato que chamou a atenção de todo o mundo, pois reuniu representantes de quase todos os países e teve a total exposição e cobertura pela imprensa, porém poucos dias depois do grandioso evento o assunto “meio ambiente” foi praticamente esquecido pela imprensa, como se todos os problemas ambientais tivessem resolvidos naquele momento, isso reforça a visão que o tema tenha caído no modismo, no apelo sensacionalista ou espetacularização do trágico. Na maioria das vezes, quando é feita uma matéria sobre algum assunto relacionado ao meio ambiente, acaba focalizando apenas em algum ponto (causa e efeito), sendo fragmentada e não fazendo uma análise crítica que atravessasse as fronteiras estruturais onde os interesses políticos e econômicos se encontram. Neste caso, mais atualmente, são os conhecidos negócios ecológicos. Volta-se novamente na questão do consumo.

A publicidade através da mídia passa a proclamar a imagem da produção e do consumo ecologicamente correto, é o que chamamos de mercados verdes. Apresenta-se aqui o problema da expansão da transformação dos padrões culturais para um consumo “ambientalmente correto” ou para a responsabilidade sócio-ambiental, com conteúdo economicista. Outro fator de alta implicação é da massificação dos conceitos relacionados com o tema, como o *desenvolvimento sustentável*¹, responsabilidade sócio-ambiental que muitas empresas adotam atualmente mas que na maioria das vezes são feitos de forma superficial não trazendo à tona a verdadeira significação e nem promovendo um efeito de conscientização ou de crítica ao problema. A questão da responsabilidade sócio ambiental e da eco-cidadania, na grande maioria dos casos mencionados (vendida) na mídia ainda aponta para o lado individualista, chamando a atenção para a mudança do comportamento individual, com a simples idéia de um cidadão ecologicamente correto, ignorando a plena concepção de direitos, deveres e responsabilidades humanas, em ordem ideopolíticas. Estas iniciativas podem trazer alguns resultados, porém é necessário estar atento e crítico para que estas mudanças de “culturas” e comportamentos na idéia de um novo modelo de desenvolvimento, não estejam permeadas e presas ao pensamento técnico e predatório, sendo ainda o mesmo sistema, apenas revestido de “verde”.

Trata-se do questionamento não do aumento das manchetes e reportagens e sim o conteúdo desta informação, sua qualidade e veracidade, sua ética e responsabilidade. A

¹ O conceito Desenvolvimento Sustentável foi concebido em 1987, no Relatório de Brundland como um desenvolvimento que satisfaz as necessidades presentes, sem comprometer a capacidade das gerações futuras de suprir suas próprias necessidades. Isto é, o desenvolvimento Sustentável, busca conciliar desenvolvimento econômico com preservação ambiental e ainda, o fim da pobreza.

comunicação de massa, na forma com que vem sendo manipulada apresenta riscos à liberdade de pensar e a subjetividade humana. Isso gera um vazio nas relações sociais, no debate sobre sociedade, sobre liberdade, sobre democracia e na luta contra as opressões, iniquidade e injustiça social. Qual é ou seria o grau (se é possível mensurar) de criticidade ou autonomia dos indivíduos para enfrentar e superar tais dificuldades as quais são submetidos?

Para que haja uma maior pressão social e política, por parte da sociedade civil, sobre as questões ambientais e sociais é necessário que a mídia exerça seu papel perante o público na ampla divulgação das informações técnicas, sociais e culturais.

O acesso à informação (de qualidade) é um instrumento de transformação social, enquanto tomada de decisão, democratização da sociedade na busca de um “desenvolvimento social”, que visa à superação ou minimização das desigualdades sociais, das injustiças, da violência, intolerância, discriminação etc. Isso vai muito além dos índices quantitativos do desenvolvimento econômico que temos hoje.

2.2.2 Questão Ambiental e Urbanização

Nos últimos trinta anos, o que tem acompanhado o processo de desenvolvimento do sistema capitalista é a expansão da urbanização, atualmente mais da metade da população vive exclusivamente em cidades, promovendo cenários de tensões, conflitos e lutas das mais diversas ordens. As cidades vêm apresentando uma infundável crise urbana com os avanços e contradições da história sociológica dos povos e ocupação do espaço. No Brasil, o processo de urbanização entre os anos 1950 e 1990, foi significativo o crescimento da parcela da população urbana, que aumentou de 36% para 75% sendo que em 1991, nove das regiões metropolitanas encontravam-se com mais de 1 milhão de habitantes cada. Estes centros urbanos é o que Milton Santos chama de espaços cada vez mais técnicos, cada vez mais artificialmente construídos.

O espaço é hoje um sistema de objetos cada vez mais artificiais, povoados por sistemas de ações igualmente imbuídos de artificialidade, e cada vez mais tendentes a fins estranhos, ao lugar e a seus habitantes. Neste nosso mundo onde se estabelece, por isso mesmo, um novo sistema de natureza, uma natureza que, graças exatamente ao movimento ecológico, conhece o ápice de sua desnaturalização (1994, p. 90).

Nestes grandes centros urbanos se concentram os benefícios, as facilidades e oportunidades de acesso a bens e serviços, informações e tecnologias produzidas pelo processo de “civilização”. Em nome deste processo de civilização e urbanização, o homem tem enfrentado “desafios, obstáculos” em relação a natureza - modificando a imagem natural da localidade: aterrando lagos, e pântanos; alterando os cursos dos rios, destruindo morros, poluindo praias e entre outras agressões a ecossistemas. Além disso, encontramos inúmeros problemas sócio-ambientais como poluição do ar, águas, rios e ainda poluição sonora; questão de mobilidade e transportes; questão cultural na depredação ou preservação de patrimônios históricos e culturais; problemas da forma de ocupação dos solos; tratamentos e destinação de esgotos e lixos, problemas estes que não são tratados como prioridade pelos órgãos governamentais. Este pensamento, de busca do desenvolvimento a qualquer custo, está expresso claramente em expressões como “o preço a se pagar pelo progresso”.

Os efeitos imediatos do processo de urbanização desordenado podem ser observados com os inúmeros problemas de degradação ambiental, falta de infra-estrutura, e de oferta de serviços públicos, crescimento do número de desempregados, subnutridos, analfabetos e outros “poluidores” que agredem a qualidade de vida das populações, mais especificamente a população periférica. O que se apresenta é que ao lado de grandiosos avanços científicos e tecnológicos a cidade experimenta um grande desafio à sua sustentabilidade: a perda do equilíbrio ambiental acompanhada com a homogeneização cultural, injustiça social, desintegração social, econômica e violência, como consequência da sua falta de percepção e do empobrecimento ético e político de seus gestores.

Para alguns ambientalistas, ecologistas e até mesmo para elites de países desenvolvidos, a raiz dos problemas ambientais, sociais e econômicos está na esfera do crescimento populacional. Sem dúvida, o tamanho e o crescimento da população afetam o equilíbrio ambiental. De acordo com estimativas publicadas pelo IBGE, em maio de 2006, a população mundial se encontrava em 6,8 bilhões de habitantes. A relação população e meio ambiente é radicalmente diferente se o planeta for habitado por 6 bilhões ou por 15 bilhões de pessoas. Negar esta relação seria irresponsabilidade, para a perspectiva de bem-estar e qualidade de vida futura desta população. Porém a análise não termina nesta constatação da pressão do número de pessoas sobre os recursos naturais. Mesmo que fossem elaborados e executados inúmeros programas de controle de natalidade, mesmo que não nascessem mais crianças em qualquer parte ou país do mundo, a situação ambiental mundial continuaria se agravando. Os piores problemas, as piores catástrofes ambientais atuais não advêm da pobreza, mas são os países altamente desenvolvidos e industrializados, das grandes

corporações empresariais que com seu poder corporativo transnacional, vem historicamente causando os maiores problemas mundiais como o efeito estufa, o buraco na camada de ozônio, acumulação do lixo tóxico, poluição de águas e sim, a extrema pobreza. Só os Estados Unidos colocam em circulação 23% de todo CO₂ (gás carbônico) e consomem 25% de toda a energia mundial, com uma população que representa apenas 5% do total.

Contudo, não é apenas o crescimento populacional ou o processo de urbanização que gera a degradação ambiental, estes são alguns dos fatores que contribuem, porém não são determinantes, o que existe por traz disso é um processo civilizatório capitalista de acumulação com conteúdo altamente “anti-ecológico” (lembrando que o ser humano faz parte da natureza, conforme citação da pagina 11).

Neste sentido, observa-se que tanto a concentração de riqueza quanto o crescimento da pobreza contribuem para a degradação ambiental. Pois, nos deparamos com um ponto crucial, com fatores ligados ao desenvolvimento econômico, como crescimento de grandes indústrias, a (des) organização política; e os fatores ligados à pobreza como a localização das favelas que pode ser considerado como uma demonstração de estratégia de sobrevivência da classe trabalhadora empobrecida e ainda, um movimento econômico de valorização e desvalorização da terra. Neste caso, os pobres urbanos são os que estão mais expostas às conseqüências das degradações, pois estão localizados nas zonas periféricas, irregulares, vulneráveis, sob o risco de desmoronamentos ou desabamentos e ainda sob o risco de “efeitos” e conseqüências mais lentas como doenças. São estes problemas urgentes das questões urbanas que giram em torno das condições estruturais de uma sociedade extremamente injusta.

2.2.3 Questão Ambiental e Biotecnologia

Juntamente com a revolução tecnológica, o mundo vive as inovações no campo da biotecnologia, exemplo disso são as pesquisas realizadas pelos biólogos que levaram à descoberta da estrutura do DNA e na decifração do código genético. De acordo com a bióloga Mae-wan Ho “a engenharia genética é um conjunto de técnicas para isolar, modificar, multiplicar e recombinar genes de diferentes organismos” (in CAPRA, 2002, p. 169).

Na década de 1990 houve uma corrida pela mercantilização destas novas tecnologias genéticas para o uso na medicina e na agricultura. Vale salientar, que os geneticistas sabem e conhecem os perigos da recombinação genética, onde “vetores infecciosos e agressivos

podem recombinar-se com vírus já existentes e causadores de doenças, para gerar novas linhagens de vírus” mais resistentes (CAPRA, 2002, p. 170). Isso fez com que estes organismos ou informações fossem cuidadosamente contidos em laboratórios e que fossem elaboradas normas de regulamentação de segurança. Porém para o capitalismo, isso não teve muita importância e como uma nova oportunidade de negócio, prevaleceu à busca de ganhos financeiros com o uso da engenharia genética e logo se expandiu pelo mundo da medicina e da agricultura.

No campo da medicina, com a descoberta da seqüência de DNA e a recombinação, os geneticistas tinham a idéia de que poderiam identificar quais os genes causadores de doenças específicas e assim poderiam procurar prevenir ou curar tais doenças genéticas, sendo um ponto positivo das inovações e pesquisas. Porém o que foi constatado é que existe um grande distanciamento entre a identificação de um gene causador da doença e a manipulação genética correta para que se alcance um resultado. Isso porque os cientistas, apesar dos avanços ainda não conseguem ter controle do que acontece no interior de um organismo, isto é, no caso de uma tentativa de inserir um gene em uma célula, não se sabe exatamente se será “aceito”, “recusado” ou ainda qual a reação resultante dessa combinação.

Assim como na medicina, a engenharia genética também encontrou inúmeros obstáculos de sua aplicação no campo da agricultura e em específico nos alimentos. Os cientistas, utilizando das tecnologias e cruzando genes que nunca cruzariam naturalmente, como por exemplo, “pegar um gene de um peixe e colocar em um morango” criam assim os mundialmente conhecidos: “transgênicos”. Processos estes de violação direta da evolução natural das espécies.

Um dos problemas enfrentados é uma certa rejeição da população em aceitar que o alimento que chega a sua mesa tenha sofrido alteração genética e que ainda, tenham a possibilidade e o risco de estar contaminado. As grandes empresas (agroquímicos ou agroalimentadoras) tentam vender seus produtos passando a imagem de que estes produtos foram criados sob medida ao consumidor, que são mais resistentes e mais nutritivos e seguros, e que eliminará a fome no planeta. Porém, o que realmente vem resultando não é isso, e sim efeitos contrários². O uso abusivo de novos e poderosos produtos químicos (fertilizantes e

² O Greenpeace entregou no dia 14/02/2007, um relatório intitulado de “Registros de Contaminação Transgênica -2006”, para os membros do CTNBio – Comissão Técnica Nacional de Biosegurança. Segundo o qual 2006, foi o ano com maior número de acidentes com transgênicos nos últimos dez anos. Desde 1996 até hoje, foram documentados 142 casos de contaminação em diversos países, 35% deles referentes a variedades de milho geneticamente modificado. Somente em 2006 foram registrados 24 incidentes de contaminação com transgênicos em todo o mundo. (disponível em <http://www.greenpeace.org.br/transgenicos/?conteudo_id=3116&sub_campanha=0>; acesso em 18/02/2007).

pesticidas) para controlar as pragas nas plantações, traz inúmeras e graves conseqüências para a saúde do agricultor e das populações próximas; traz efeitos desastrosos para o solo e também aos lençóis freáticos; causa um desequilíbrio ecológico com a eliminação de espécies de insetos e animais.

Outro fator (efeito) que deve ser levado em conta e que está intimamente relacionado a aplicação destas tecnologias no campo da agricultura, é a expulsão do homem do campo que se dirige para os grandes centros urbanos aumentando a massa dos subempregados ou desempregados. Isso, porque vem ocorrendo às fusões de grandes empresas de biotecnologias que através do direito de propriedade intelectual concentram o controle sobre a produção dos alimentos e tornam os agricultores dependentes dos produtos patenteados (sementes) e os que não conseguem se manter neste sistema são expulsos de seu local de subsistência e trabalho. As conseqüências ambientais e sociais do domínio da indústria química sobre a produção agrícola são conseqüências da relação de produção capitalista, e se fazem ouvir e sentir em todo o mundo. O que está acontecendo com estas fusões de grandes empresas é a criação de um monopólio, de um sistema mundial de controle desde a produção, estoques até os preços dos alimentos. Estes planos demonstram claramente as intenções econômicas e financeiras que estão em jogo e não a preocupação em qualidade alimentar e ou a eliminação da fome no mundo. É importante destacar de que atualmente não há relação entre a fome e a falta de alimentos no mundo. Capra, em seu livro “As Conexões Ocultas” – 2002 aponta estudos desenvolvidos por Frances Moore Lappé (World Hunger: Twelve Myths) demonstrando que na verdade há abundância de alimento e não escassez, conforme:

No decorrer dos últimos trinta anos, o aumento da produção global de alimentos superou 16 % o aumento da população mundial. [...] Num estudo feito em 1997 nos países em desenvolvimento, constatou-se que 78% de todas as crianças desnutridas com menos de 05 anos moram em países que produzem um excedente alimentar. Muitos desses países em que a fome é realidade cotidiana exportam mais produtos agrícolas do que importam. [...] Diz-nos Miguel Altieri: se as causas radicais não forem sanadas, as pessoas continuarão com fome, independentemente da tecnologia adotada (CAPRA, 2002, p. 197-198).

Estes dados demonstram que a idéia do uso da biotecnologia, para produzir alimentos geneticamente modificados, possa alimentar os famintos no mundo está equivocada. Até mesmo porque a fome é um problema político e não técnico. A fome é causada pela

desigualdade entre os homens e entre os povos, pela pobreza, pela má distribuição de terra e alimentos, por um modo de produção assentado na exploração e no lucro.

Os avanços no ramo das ciências biológicas têm feito inúmeras empresas investirem na exploração da diversidade genética, ou seja, de materiais biológicos empregados no processo industrial, e com isso, em suas descobertas permitiu a concessão de patentes³ a estas empresas. Neste sentido há ainda uma grande discussão que coloca em questão os benefícios e os riscos sobre tais descobertas, principalmente referente ao compromisso ético. Considerando, o código genético, (principalmente humano), enquanto patrimônio intransferível de toda humanidade, não devendo dar espaços a ganhos financeiros. Os organismos são produtos e mercadorias que pertencem a indústrias, governos e empresas? A quem pertence às informações contidas neles? Se isso for permitido (continuar sendo permitido) até quando manterão controle sobre estas indústrias ou corporações de modo a estas não se tornarem donas das estruturas da vida humana?⁴

2.3 QUESTÃO AMBIENTAL: UMA QUESTÃO SOCIAL

A tentativa de analisar e compreender as profundas mudanças produzidas pelo novo quadro de transformações globais do sistema capitalista nas últimas décadas permite para alguns estudiosos se referirem a uma “nova questão social”, com novos e profundos problemas, como se anteriormente, não ocorressem ou se processassem diferentemente, e que hoje, implicam também novas formas de enfrentamento. É evidente que a realidade vive constantemente em mudança, e exatamente neste processo deve ser avaliada a questão social, em sua dinâmica, seu movimento e historicidade das relações sociais.

Não se trata apenas de algo “novo” contrário do “velho”, como indica Pastorini - 2004, mas trata-se de desvendar de que forma o passado está presente e ao mesmo tempo, projetado para um futuro que é inserto. Neste sentido, a discussão sobre questão social requer um processo dialético com acontecimentos, desdobramentos, contraditórios e não lineares das relações de dominação, exploração econômica e política que se deu nas sociedades. De modo que se evite tanto uma análise determinista em que o passado impõe-se como uma espécie de

³ Patentes é um título de propriedade, como leis de proteção, direitos e privilégios de propriedade intelectual sobre uma invenção ou descoberta. Ver mais informações em < www.inpi.gov.br > Acesso em 26/02/2007..

⁴ Ver mais informações sobre o assunto em: < www.ctnbio.gov.br >.

camisa-de-força premonitória do que virá, como também dispensar uma análise que tece odes ao novo e ao efêmero, como se a realidade permitisse acontecimentos desarticulados do conjunto das relações sociais.

Wanderley (1997), utilizando reflexões do sociólogo Robert Castel, afirma que “é necessário reler a história”, considerando essenciais para a continuidade e transformação da sociedade, deixando evidente a existência de sujeitos, agentes e vítimas sociais apontando conflitos sociais.

Para Wanderley, “a questão social fundante [...] centra-se nas extensas desigualdades e injustiças que reinam na estrutura social [...] resultante dos modos de produção e reprodução social, dos modos de desenvolvimento [...]” (1997, P. 58).

Nesta perspectiva, a questão social é entendida nas expressões das desigualdades ocasionadas no processo de produção capitalista, acentuando-se no distanciamento entre a concentração de riqueza e poder dos setores dominantes e na pobreza e miséria nas classes dominadas. Isto é, enquanto uma expressão das desigualdades demonstra que a questão social tem sua origem nas divergências e antagonismos entre capital e trabalho. Neste sentido a questão social vem se modificando, se acirrando na medida pela qual se desenvolve o sistema capitalista.

Conforme aponta Arcoverde,

[...] as desigualdades e injustiças sociais produzidas não podem em si mesmo ser tomadas como questão social. Elas somente se tornam questões sociais quando de fato, são reconhecidas e assumidas por um dos setores da sociedade, com o objetivo de enfrentá-los, torná-las públicas e de transformá-las em demanda política (1999, p.78).

Neste sentido, uma problemática emerge enquanto questão social, quando no tecido social das correlações de forças, conseguem equacioná-la ao ponto de torná-la pública e inserirem no debate político.

Nas últimas décadas, através da globalização, a questão social vem adquirindo novas manifestações, como o aumento do desemprego e da pobreza que são inerentes ao sistema, porém eram vistos anteriormente, como residuais e conjunturais e atualmente assumem proporções extremas, atingindo todas as dimensões da vida social. Hoje, as pessoas que são absolutamente pobres, são as que vivem (se é que pode ser chamado de viver) literalmente as margens da vida, e se caracterizam por um alto grau de desnutrição, doenças, analfabetismo, desemprego e problemas de saúde, que são essenciais à dignidade humana.

Em relação à concepção da questão social e seu enfrentamento político, Arcoverde afirma que,

Nascida na confluência ou divergência do trabalho e do capital a questão social, enquanto expressão das desigualdades da sociedade capitalista brasileira manifesta-se, é reconhecida e problematizada, mas nem sempre enfrentada (1999, p. 79).

Assim, se apresentam e problematizam várias questões sociais, em tempos e espaços diferenciados, cada uma com sua especificidade como a questão operária, questão étnica, de gênero, agrária, saúde, habitação, ambiental etc. e são desdobramentos de uma questão social mais ampla, mais complexa que traduz uma crise estrutural de toda sociedade.

Nas condições de predomínio do sistema capitalista se produziu uma sociedade com extremas desigualdades sociais e ambientais, no qual, enfrentamos de um lado, uma enorme concentração de riqueza, e de outro um enorme contingente de pessoas vivendo em condições de extrema pobreza. Porém, independente do lugar que ocupam na estrutura social, todos se encontram ameaçados pelos danos ambientais (ecológicos) cada vez mais frequentes.

Dentro deste cenário, apresenta-se ainda uma intensificação do afastamento do Estado, no que se referem as suas responsabilidades sociais e políticas frente a garantia de direitos. Nessa perspectiva, se destaca um gradual declínio ou remodelamento do poder do Estado nas regulamentações sociais, na desproteção trabalhista e privatização dos serviços sociais.

Neste sentido, o conjunto de questões sociais que se apresentam na sociedade e do qual são objeto de trabalho dos assistentes sociais revela-se como uma complexidade de fenômenos que abarcam o conjunto da vida social. Dentre eles chama a atenção para o que vem sendo apresentado e discutido na presente monografia em relação à questão ambiental constituindo-se como questão social, ou seja, por que não dizer que a sociedade encontra-se hoje em um apartheid social e ambiental insustentáveis, em que o acesso aos recursos fundamentais de sobrevivência da vida, tais como a água⁵ se tornam cada vez mais escassos e mais caro, podendo ser considerado um “artigo de luxo” – isso para apresentar apenas um exemplo. Sobre este assunto de privatização da água, é interessante o caso que ocorreu na Bolívia, em 2000 na cidade de Cochabamba, onde foi privatizado o abastecimento de água de

⁵ Dentro de 200 anos cerca de 60% da população mundial deve enfrentar escassez de água, de acordo com a FAO, agência das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação. Pouco mais de 1 bilhão de pessoas em todo o mundo já não tem acesso a água limpa suficiente para suprir suas necessidades básicas diárias. (Disponível em < <http://www.mst.org.br/mst/pagina.php?cd=2856> > acesso em 18/02/2007).

600.000 habitantes, e fez com que toda população insatisfeita e revoltada foi às ruas para se manifestar em defesa da água e da vida.

A água, assim como o oxigênio, é essencial para a que haja vida, estando em todos os aspectos de desenvolvimento humano. A crise da água não é apenas a sua escassez, mas tem suas raízes nas relações de poder, dominação, na pobreza e na desigualdade em toda a sociedade.

Assim, como ressalta o relatório da ONU, que,

Tal como a fome, a privatização do acesso à água é uma crise silenciosa suportada pelos pobres e tolerada por aqueles que dispõem dos recursos, da tecnologia e do poder político para acabar com ela. [...] Esta crise ceifa mais vidas por doenças do que qualquer conflito armado. (ONU, 2006, p. 17).

No caso de privatização de bens comuns, não é somente a água, mas o ar, o solo, e consequentemente privatização e violação direitos humanos e direito a vida.

Concomitante ao problema de acesso a água, esta mesma parcela da população pobre vive com a falta de saneamento básico. Sendo que o acesso à água é primordial, porém enquanto questão de saúde, saneamento também é um direito da população. Investimentos na infra-estrutura, (água e saneamento) é investimento em medicina preventiva, na redução de doenças infecto-contagiosas, isso chama a atenção, pois comporta em investimentos em políticas públicas. Ou seja, saneamento abrange tanto o acesso a água potável, a escoamento e tratamentos de resíduos sólidos como também acarreta em desdobramentos nas questões de saúde e habitação.

Neste cenário, da falta de infra-estrutura adequada estes problemas trazem também um fato muito freqüente, não só no Brasil, mas no mundo todo, a disposição dos resíduos sólidos em locais impróprios, o que causa poluição de águas, solo e ar. Além dos danos causados ao meio ambiente, os lixões, como assim são chamados os locais onde são depositados a céu aberto os resíduos, causam graves problemas sociais, tais como, nas grandes cidades metropolitanas milhares de pessoas desempregadas sobrevivem da catação de lixos e materiais abandonados nas ruas e nos próprios lixões. Para estas pessoas, a catação de lixo é considerada uma oportunidade e uma alternativa de trabalho e renda, como também de sobrevivência. Porém esta atividade ainda possui algumas ressalvas, como por exemplo, a situação de vulnerabilidade destas pessoas, que estão em contato diretamente com materiais contaminados e suscetíveis a contaminação e a doenças. Como também chama para a

discussão sobre as mudanças no mundo do trabalho, que afasta do mercado formal esta parcela da população.

Dentro desta discussão sobre os problemas de crises e questões problemáticas, existe outro fator fortemente relacionado, que são as mudanças climáticas que estão ocorrendo no mundo de forma assustadora, e que vem ocupando grande destaque atualmente na mídia. As alterações no clima, também interferem na segurança global da água. Sociedades inteiras são afetadas, ou com secas ou com enchentes. O aquecimento global altera entre outros fatores (tempestades, furacões, ciclones e secas) os padrões hidrológicos que determinam a disponibilidade de água, o que pode conseqüentemente prejudicar a produção agrícola e expondo 75 a 125 milhões de pessoas a ameaça da fome. O acelerado degelo dos glaciares provoca o aumento do nível do mar e possibilita perdas de água doce em diversas localidades. (ONU, 2006, p.31)

O relatório do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas - IPCC, divulgado em fevereiro deste ano, aponta que os efeitos que ocorrem hoje em todo o mundo, são causados pela ação humana, principalmente pela emissão de gases tóxicos (Dióxido de Carbono-CO₂, Metano-CH₄, e Clofluorcarboneto-CFCs) propícios a poluição atmosférica⁶ e ao Efeito Estufa⁷. O relatório alerta a sociedade para os danos que já vem ocorrendo e faz as previsões para o que pode acontecer em futuro muito próximo e com mais freqüência, tais como tufões, ciclones, secas, ondas de calor, derretimento das geleiras⁸ e que compromete em desdobramentos a qualidade de vida no planeta.

Essas dimensões ou efeitos produzidos pela questão ambiental assumem cada vez mais a pauta política no mundo, inclusive compondo um edifício jurídico nacional e internacional. É possível observar uma gama de diversos eventos sobre as questões sócio-ambientais, o que culminou na elaboração de vários documentos, tratados, princípios e leis que, inicialmente tinham caráter puramente conservacionista, referindo-se a preservação dos recursos naturais pelo seu uso instrumental e não pelo seu valor intrínseco. Porém, com o avanço dos movimentos sociais ambientalistas na década de 1970 e com as previsões cada vez mais claras

⁶ O programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente – PNUMA, afirma que mais de 800 mil pessoas morrem anualmente devido a poluição atmosférica. (Disponível em < <http://www.un.org/av/radio/portuguese/story/asp?NewsID=1875> > acesso em 16/02/2007).

⁷ O Efeito Estufa é um processo que faz com que a temperatura da terra seja maior do que a que seria na ausência de atmosfera. O efeito estufa dentro de uma determinada faixa é de vital importância pois, sem ele, a vida como a conhecemos não poderia existir. (Disponível em < http://pt.wikipedia.org/wiki/efeito_estufa > acesso em 15/02/2007).

⁸ O relatório do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas – IPCC diz que, até o final deste século, a temperatura do planeta pode subir de 1,8°C a 4°C. até 2010, o nível do mar deve aumentar em cerca de 59 cm. Chuvas devem aumentar em cerca de 20% nas maiores altitudes.

e objetivas, não mais apocalípticas, denunciavam o real estágio das conseqüências na sociedade. Dessa forma, as leis e normas começaram a adotar pressupostos políticos, culturais, sociais e éticos, a níveis internacionais, de forma que alcance uma responsabilidade em nível planetário. Isso não significa que desprezem ou ignorem as estruturas jurídicas estatais e locais, mas que mantém uma concepção integrativa. Os problemas ambientais globais apontam para um direito e cidadania ambiental em termos de igualdade e justiça sócio-ambientais supranacionais. Neste sentido, podem ser destacados alguns documentos que são considerados marcos históricos na discussão da crise sócio-ambiental mundial. Entre as décadas 1920 e 1960, se produziram poucos eventos e documentos relacionados ao meio ambiente, em 1972, ocorreu a Conferência das Nações sobre Ambiente Humano em Estocolmo, a declaração resultante consagrou em seus princípios que o ser humano tem o direito à liberdade, à igualdade e uma vida com condições adequadas de sobrevivência, em um ambiente que permita usufruir de uma qualidade de vida, com a finalidade também de preservar e melhorar o meio ambiente, para as gerações presentes e futuras.

Após esta conferência, houveram vários outros eventos que mobilizaram grande parte da população mundial, em 1975 produziu-se a Carta de Belgrado na área de Educação Ambiental; em 1987 a Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento elaborou um relatório Brundtland, ou como é conhecido, Nosso Futuro Comum; em 1988 foi elaborado a Declaração de Caracas sobre a Gestão Ambiental na América Latina; em 1992, foi realizada no Rio de Janeiro a Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento, ou ECO-92, o que culminou no documento Agenda 21, a Carta da Terra e o Protocolo de Kyoto (que entrou em vigor somente em 2005); em 1997, ocorreu a RIO+5, cinco anos após a Eco-92; em 2002, em Johannesburgo na África, a Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável, ou Cúpula Rio +10;

No Brasil, a Constituição Federal de 1988, influenciada pela Declaração de Estocolmo, foi a primeira a tutelar a questão do meio ambiente em termos mais específicos, conforme o seu Artigo 225,

Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e a coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações (BRASIL, C.F. 1988, Art. 225).

Outro aspecto interessante é o fato de este Artigo, estar inserido dentro do núcleo normativo de direitos sob o título de Ordem Social, o que significa que o direito ao meio

ambiente é um direito social ao ser humano, não sendo individual, e sim um bem comum a todos.

Além da Constituição Federal de 1988, no Brasil existem vários outros documentos em matéria do Meio Ambiente, tais como Lei nº 6.803/80, Estatuto de Impacto Ambiental (EIA); Lei 6938/81, Política Nacional do Meio Ambiente; Lei nº 7.347/85, que dispõe sobre a Ação Civil Pública por danos causados ao meio ambiente; Lei nº 7.735/89 cria o IBAMA; Lei nº. 9.605/98, Lei de Crimes Ambientais; Lei 9.795/99 dispõe Política nacional de Educação Ambiental; Lei das Águas, nº 9433/ 1997 que dispõem sobre a Política Nacional de Recursos Hídricos; Lei de saneamento ambiental 11.445 de 05/01/2007.

Além do aparato jurídico e constitucional sobre as questões ambientais, a Constituição Federal brasileira vigente, promulgada após intensa participação popular estabelece como objetivos claros em seu Art 3º,

Construir uma sociedade livre, justa e solidária, garantir o desenvolvimento nacional, erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais, promover o bem de todos sem preconceitos de cor, raça, sexo, origem, idade, e quaisquer outra forma de discriminação (BRASIL, CF, 1988 art. 3º).

Sem dúvida o Brasil possui uma das mais completas legislações Federal, que representa um avanço em relação à história que foi escrita com muita repressão e resistência. No entanto a realidade brasileira vive em contradição aos ideais proclamados, o grande problema dos direitos humanos é a sua não efetivação. A população sofre um processo de negação dos direitos arduamente conquistados, na medida em que prospera a defesa do Estado mínimo, que entrega milhares de vida a própria sorte em contraposição a autonomia do mercado.

A extrema desigualdade social no Brasil possui especificidades contemporâneas produto de um processo de modernização e industrialização exploratória. Em nossa época temos vivenciado um processo crescente de mudanças e grandes transformações, sócio econômica, política, cultural e ambiental, que vem resultando no agravamento das mais diversas expressões da questão social. Esta se focaliza, no empobrecimento da classe trabalhadora, basicamente a partir da produção e redistribuição de riquezas, que demonstram profundas diferenças no que diz respeito a consolidação e expansão do sistema capitalista de produção, isto é, concentração de poder e riqueza, em um pólo e pobreza e opressão em outro.

A globalização estabelece hoje uma nova ordem mundial, definida como um processo de internacionalização das práticas capitalistas, que afetam diretamente na estrutura e organização das classes sociais. Tem-se o predomínio da ideologia neoliberal, na qual a ordem é flexibilizar, reformar, modernizar e privatizar. Com o processo da globalização e internacionalização, com a queda de barreiras espaciais e territoriais, as decisões e estratégias de desenvolvimento tomadas em apenas um país ou região, refletem e influenciam positiva ou negativamente todos os outros países. Mesmo que para muitos capitalistas e empresários o mundo esteja “unificado” economicamente, para grande parte da população o mundo está cada vez mais dividido.

Como aponta Wanderley, a globalização “não se traduz como uma ‘nova ordem mundial’, mas sim como um sistema de ordem/desordem, matriz de novos conflitos” (1997, p. 69).

Esse processo gera o agravamento da questão social e, ao mesmo tempo, formas contestatórias de organização política que reivindicam mudanças e transformações frente ao *status quo* e a ordem presente.

2.4 MOVIMENTOS SOCIAIS E AMBIENTAIS

“A liberdade é quase sempre, exclusivamente, a liberdade de quem pensa diferente de nós.”
(Rosa de Luxemburgo)

Parece pertinente trazer aqui, brevemente um pouco da história dos movimentos sociais, para uma melhor compreensão dos exemplos a serem tratados posteriormente.

Os movimentos sociais são expressões da sociedade civil organizada, possuem diversidade na perspectiva de como se organizam historicamente, e publicizam suas lutas diárias, e podem ser caracterizados como:

Movimentos sociais são ações coletivas sociopolíticas construídas por atores sociais coletivos pertencentes a diferentes classes e camadas sociais, articuladas em certos cenários da conjuntura socioeconômica e política de um país, criando um campo político de força social na sociedade civil (GOHN, 1997, p. 252-252).

A população, através das organizações e dos movimentos pode ser compreendido entendida como um espaço público, que expressa as necessidades sociais e humanas, que se organiza independente do Estado, lutando pela democratização dos direitos e ampliação da cidadania, que busca além do controle social, promover também uma consciência crítica. É um espaço amplo, permeado de interesses diversos, tanto individuais quanto coletivos, cujo movimento social, constitui uma das suas expressões.

Neste caso, tanto os movimentos sociais como ambientais emergem através das questões problematizadas no cenário político após a década de 1960 e 1970 que questionam o padrão industrial de desenvolvimento e as relações sociedade e ambiente, ou seja, questionam também o modo de vida na sociedade. Estes movimentos, que possibilitam e fortalecem a participação popular, abrem espaços para negociações e construções de estratégias de desenvolvimento resgatando princípios éticos, democráticos, igualitários e de justiça. A participação da população em determinado movimento só acontece quando uma situação de carência, de necessidades, idéias, metas ou valores a atingir tanto individual, quanto coletivamente, independente de sua natureza, sejam elas sociais, políticas, econômicas e ou culturais.

As diferentes manifestações de contestação realizadas por diversos autores, (feministas, pacifistas, étnicos, de gênero etc.) estão ligados diretamente na defesa por qualidade de vida na perspectiva dos direitos civis, sociais e ambientais. Atualmente os movimentos sociais e ambientais estão construindo gradativamente relações em suas lutas, pois elas tendem a concordar e a se unirem em torno de objetivos próximos (semelhantes) e comuns.

Os movimentos sociais, mencionados e tratados neste item, não podem ser analisados fora do sistema capitalista, como aponta Sobral,

Em grande medida, os processos de resistência e revolta são o motor que exigem novas configurações e arranjos por parte do capital. [...] O solo onde se erguem às redes de dominação é o mesmo onde se dá o movimento de revitalização provocado de lutas. [...] Está-se dentro e contra o controle, a luta opera internamente, ela é imanente à constituição de Império. (2002, p. 29-31).

Neste sentido, os movimentos sociais se expressam enquanto revolta e resistência, na busca de libertação e alternativas para melhorar as condições presentes nos quais se encontram. Ou seja, estes movimentos de luta e de resistência não podem ser analisados e

encarados como alheios ao sistema de dominação, mas sim como parte inseparável, enquanto uma força interna e contraditória a ele.

2.4.1 Movimento Nacional da Reforma Urbana (MNRU)

A luta por uma reforma urbana é recente no Brasil, tendo maior visibilidade na década de 1980, após terem sofrido repressões nas décadas anteriores com o regime da ditadura militar. Nesse período, juntamente com as lutas que ocorriam no campo, os conflitos urbanos também começam a ter visibilidade e a ocupar espaços no cenário político do país, e se constituiu num espaço de extrema importância para a discussão dos problemas urbanos da população. O movimento emergiu entre as contradições e lacunas (segregação) existente entre os espaços diferenciados “reservados” a ricos e pobres a partir da demanda real de parte da população por uma melhor qualidade de vida, o Movimento Nacional de Reforma Urbana – MNRU reuniu vários atores da sociedade civil. O debate e luta sobre o modo de desenvolvimento das cidades requer um imbricamento das políticas urbanas e uma introdução das questões urbanas nas políticas ambientais.

O Movimento Nacional pela Reforma Urbana foi criado, articulando uma grande variedade de sujeitos ou que se organizavam em torno de carências vividas no urbano, ou tinham vinculação com essa temática, como é o caso das ONG(s), sindicatos e intelectuais (SILVA, 2002, p 145)

Em tempos em que as carências urbanas se agravavam mais como a falta e precarização de saneamento básico, de habitação, de transporte, segurança e o desmonte de outros serviços públicos, o Fórum Nacional de Reforma Urbana – FNRU se articulou com diversos outros movimentos, formando redes para buscar e viabilizar estratégias de enfrentamento a estes problemas. Formaram alianças ao MNRU diversos movimentos sociais que tinham vínculos com as questões urbanas como: movimentos de luta pela moradia, de luta por saneamento básico, movimentos e associações de moradores e de bairros, movimentos ambientalistas etc.

O objetivo do Movimento Nacional da Reforma Urbana, segundo Silva e Ribeiro era:

1) a necessidade de que as cidades cumprissem sua função social, garantindo justiça social e condições dignas para todos no espaço urbano; 2) a subordinação do direito à propriedade às condições de necessidade social admitindo, entre outros instrumentos, a penalização das grandes propriedades ociosas através da cobrança de impostos progressivamente e a regularização fundiária e urbanização das áreas urbanas ocupadas; 3) a gestão democrática e participativa da cidade. (SILVA, 1991 e RIBEIRO 1995, apud, SILVA 2002, p. 146).

O movimento do Reforma Urbana tornou-se um instrumento fundamental de organização da população em torno da preocupação com o destino das cidades, uma vez que grande parte da sociedade permanecia alheia do processo de discussão e decisão que afetam diretamente seus interesses e conseqüentemente suas vidas.

Baseando-se em princípios democráticos, o MNRU, procurou estimular e potencializar a participação dos sujeitos sociais envolvidos, exigindo também do poder público uma gestão democrática, pois a cidade precisa ser governada para seus cidadãos em sua totalidade, e não para privilegiar e atender interesses de determinados grupos.

Como resultado destas correlações de forças, o MNRU, teve grande participação no processo da Constituinte em 1988, no qual teve a inclusão de um capítulo específico sobre Política Urbana nos Artigos 182 e 183⁹ na Constituição Federal, este processo representou uma abertura importante no campo da luta política para todo o movimento. Fazer com que uma reivindicação seja inscrita em lei é condição para que se configure enquanto direito, porém isso ainda não é garantia de que seja aplicada, aí está novamente o papel da sociedade civil e do MNRU de fiscalizar e continuar lutando para sua efetivação, ou seja, mobilização frente à esfera legislativa e executiva para que esta lei seja realmente aplicada na prática.

Depois da Constituição Federal de 1988, o Movimento Nacional da Reforma Urbana, se reestruturou e passou a atuar enquanto Fórum Nacional da Reforma Urbana e apesar de após a aprovação da Constituição Federal, o Fórum estar mais envolvido com as discussões políticas e pouco atuante tanto na base, o movimento todo, é considerado de grande importância na atuação que manteve junto ao Congresso Nacional e na articulação com outros movimentos nos processos de discussão e aprovação de leis, incorporando os princípios do direito à cidade.

⁹ Constituição Federal 1988, Capítulo II, da Política Urbana: Art. 182: A política de planejamento urbano, executado pelo poder público municipal, conforme diretrizes gerais fixadas em lei, tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem-estar de seus habitantes. Art.183: Aquele que possuir como sua área urbana de até duzentos e cinquenta metros quadrados, por cinco anos, ininterruptamente e sem oposição, utilizando-a para sua moradia ou de sua família, adquirir-lhe-á o domínio, desde que não seja proprietário de outro imóvel urbano ou rural.

O espírito do movimento da reforma urbana é a busca de um planejamento alternativo ou estratégico para o futuro das cidades, que compreende como base de sustentação a justiça social. O planejamento participativo consiste na melhor distribuição de investimentos públicos em infra-estrutura nos espaços das cidades, com o objetivo de minimizar a segregação residencial, permitir melhor acesso a população pobre a equipamentos de uso coletivo e preservar os recursos naturais e culturais. É necessário lembrar que o planejamento alternativo não é a criação ou elaboração de um mero documento, mas que represente e seja uma administração democrática, participativa e proporcione reflexões e decisões realistas acerca do que concerne a interação entre meio ambiente e sociedade.

Após vários anos de espera e luta o Estatuto da Cidade foi aprovado em 2001 (Lei Nº 10.257 de 10 de julho de 2001). Uma grande vitória do Movimento Nacional da Reforma Urbana e para todos os atores sociais que participaram ativamente deste processo junto ao Congresso Nacional, bem como para a sociedade de um modo geral.

O Estatuto da Cidade, como é conhecido, tem como principal objetivo regulamentar o capítulo de Política Urbana contido na Constituição. Nele está prevista a proposta para regulamentar o uso e a ocupação da propriedade urbana, visando garantir que esta cumpra sua função social, tese central da plataforma de reforma urbana defendida pelo FNRU (SILVA, 2002, p. 156).

O Estatuto conseguiu regulamentar os dois artigos da Constituição Federal, referente à Política Urbana, ou seja, a sua função social e ao direito à cidade sustentável e democrática. O Estatuto estipulou diretrizes e prazos para os municípios elaborarem seus planos diretores, dando ênfase a participação de toda população no processo de elaboração e aprovação de seus planos, fazendo uma leitura ampla da realidade da cidade, envolvendo aspectos sociais, ambientais, econômicos e culturais que afetam diretamente no futuro da população e das cidades.

No governo Lula, em 1º de janeiro de 2003 foi criado o Ministério das Cidades, o qual compete tratar sobre a Política Urbana, onde estão subordinadas as secretarias nacionais específicas, da habitação, saneamento ambiental, infra-estrutura e transportes e mobilidade urbana.

Neste contexto, a sustentabilidade urbana surge como uma inovação a ser incorporada no movimento de valorização e gestão dos espaços urbanos por aqueles interessados em um desenvolvimento de face menos econômica e mais humana.

Na realidade o planejamento alternativo, é permeado de conflitos, de interesses empresariais, populares, políticos e que devem ser explicitados e utilizados como

instrumentos de negociação, de um planejamento participativo e politizado. Ressalta-se que o debate e luta sobre o modo de desenvolvimento das cidades requer uma correlação das políticas urbanas e uma introdução das questões urbanas nas políticas e debates ambientais.

2.4.2 Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST)

A dificuldade de acesso a terra tem sido um dos fatores determinantes da desigualdade social no mundo. A propriedade fundiária dividiu e divide cada vez mais os homens. No Brasil, a história da agricultura se deu com o predomínio do latifúndio desde o período colonial, e que predomina até os dias atuais, dificultando a expansão da agricultura familiar. Além disso, no modelo da produção intensiva, das agroindústrias e da monocultura como tem sido empregada na agricultura, predomina também a exploração e destruição do meio ambiente em destaque as florestas nativas¹⁰.

O modelo agrícola brasileiro, como outros setores da economia, cresce em poder e lucro com inúmeras transformações técnicas, com emprego de novas tecnologias mecanizadas, investimentos e uso intensivo de insumos, defensivos químicos, sementes híbridas e ainda recebem incentivos e benefícios do poder público. Contudo, estas rápidas transformações, causaram efeitos trágicos, tanto ecológicos quanto sociais. Com substituição da mão-de-obra provocou-se cada vez mais êxodo rural, onde famílias inteiras migram para as cidades engrossando a massa dos desempregados em vista da desqualificação profissional e a incapacidade de absorção do mercado.

Para muitos ambientalistas a agricultura é um dos principais causadores da degradação ambiental no Brasil, porém, vale lembrar que há uma grande diferenciação entre os pequenos e grandes produtores, em diversos aspectos, econômicos, técnicos e principalmente educacionais, não sendo possível responsabilizar igualmente um agricultor e um empresário rural. Exemplo: um pequeno agricultor rural que em sua luta diária produz basicamente para sua sobrevivência, e compará-lo com um produtor de soja que por exigência do mercado externo produz de modo intensivo, que possivelmente utiliza técnicas e agride em maior grau

¹⁰ A Mata Atlântica, que configura a faixa litorânea do Brasil, cerca de 90% de sua formação original já foi desmatada. É nesta região que atualmente vive 60% da população brasileira. Na Amazônia Legal, o desmatamento já atinge 13,3%, ou seja, 665.944,80 quilômetros quadrados. O tamanho da área desmatada é equivalente a quase três vezes o estado de São Paulo ou a 15 vezes o estado do Rio de Janeiro. (Folha de São Paulo 26/01/2007).

os recursos naturais. Leroy levanta um questionamento sobre a responsabilização igual sobre os danos ecológicos, na comparação entre dois setores agrícolas que produzem utilizando modos diferentes e “porque deveria se exigir dos sem-terra uma consciência ecológica que nossas elites, com toda a sua educação e seu cosmopolitismo, nunca tiveram?” (LEROY, 2005, p.10).

A luta pelo acesso a Terra acompanha a dinâmica histórica e demonstra um problema estrutural da sociedade brasileira. O problema da distribuição das terras se iniciou desde a colonização do país. O Movimento dos Sem Terra - MST surgiu na região centro sul do país, no final da década de 1970, e em meio a articulações com outros movimentos populares de luta pela terra e se expandiu rapidamente para todo o território nacional. Hoje o MST se destaca por ocupar e conquistar um espaço político no cenário público, colocando em questão o modelo de desenvolvimento capitalista e desafiando os poderes constituídos.

A história da reforma agrária e do Movimento dos Sem Terra, já ultrapassa 20 anos de luta por um novo modelo de desenvolvimento, capaz de diminuir as imensas desigualdades sociais e econômicas que retratam o país com um alto padrão de concentração de renda, da propriedade, do conhecimento, da justiça e de tantos outros fatores fundamentais para o pleno exercício da cidadania. O exemplo do MST das experiências e de longos debates, iniciativas e estratégias surgidas não visam apenas no acesso a terra, mas sim apenas um começo de tudo. A reforma agrária não se resolve apenas na repartição da terra ou extinção do latifúndio, mas por mecanismos políticos que venham a democratizar radicalmente a sociedade. Por isso, o MST destaca na estrutura e organização do próprio movimento como dos assentamentos, as diversas frentes de luta, como educação, direitos humanos, gênero, saúde, produção etc. Neste caso, um dos fatores de fortalecimento e comprometimento do MST é a ênfase dada a educação e formação política dos integrantes, desde jovens, como elemento para garantir o funcionamento da organização e estrutura política do movimento.

Os movimentos em defesa ao acesso, e permanência a terra, questionam a degradação que ocorre nos ecossistemas, como destaca Leroy,

Assim, a luta pela Reforma Agrária se dá num contexto de destruição acelerada dos ecossistemas e de apropriação crescente dos recursos naturais promovidos, direta e indiretamente, pelos setores econômicos e políticos dominantes, tanto tradicionais quanto modernos. [...] As eventuais derrubadas, provocadas por pessoas cuja sobrevivência está em jogo, não podem ser comparadas, em gravidade e responsabilidade, com a devastação ambiental e a miséria provocadas por elites e apoiadas, direta e indiretamente, pelo poder público (LEROY,2005, p.10).

O movimento traz em seus princípios o respeito pela terra modificando a estrutura da propriedade voltada para a segurança alimentar, a eliminação da fome e ao desenvolvimento social, econômico e sustentável dos trabalhadores. A luta por si só é uma experiência de cooperação fundada sobre a base da igualdade, solidariedade e de proteção ao meio ambiente, capaz de transformar as relações de capital e trabalho possibilitando aqueles, antes marginalizados pelo modo de produção capitalista, geração de renda e justiça social. O desenvolvimento de formas de cooperação é um processo gradual, tendo como princípio a multiplicação de associações, no sentido que tiveram a necessidade de se reunir e organizar para lutar pela sua terra, e a cooperação começa quando são conquistadas as primeiras áreas, vindo com estas o desafio de viabilizar a produção. Estas áreas conquistadas buscam promover uma produção rural sustentável, como um processo de melhoria permanente das condições de vida como alimentação, habitação, vestuário, saúde e também valorização cultural e social de todos assentados e do próprio local onde estão inseridos.

Assim, a bandeira da Reforma Agrária defende o acesso a terra e também a produção, mas uma produção em um modelo diferente, com respeito à natureza, como traduz Leroy em seu artigo, “Produzir? Sim e muito, não ao modo do aventureiro, mas do trabalhador que lavra o chão, lavra o território, reconstrói o país, o de hoje e o de amanhã. Atividade que dão sentidos e raiz à palavra sustentabilidade” (LEROY, 2005, p. 11).

Neste sentido a preocupação com o meio ambiente vem sendo discutida dentro do movimento e também nos assentamentos, buscando em suas atividades educativas e de capacitações (nas escolas, seminários, cursos) desenvolver a consciência da necessidade de aplicar uma política ambiental correta. Buscam promover parcerias com entidades e instituições ambientais, com o intuito de adquirir conhecimentos sobre a realidade ambiental e, sobretudo desenvolver ações em conjunto. Defendendo a elaboração e execução de planos e projetos de reflorestamento de áreas devastadas e ainda proteger áreas de preservação, florestas, defender a demarcação das áreas indígenas e dos remanescentes de quilombos. Defendem o uso dos recursos naturais sem comprometer a produção, fazendo proveito da natureza sem devastá-la buscando uma melhor qualidade de vida.

O MST historicamente luta na defesa a reforma agrária a qual não é apenas ter acesso a um pedaço de terra, busca garantir tanto direitos sociais quanto ambientais, reconhecendo que são sujeitos de direitos; e direitos de uma humanidade plena.

Em decorrência de atingir e produzir efeitos em todas as esferas da vida, a questão ambiental adquire então, um caráter de interesse comum da humanidade contribuindo para um crescimento significativo de encontros, convenções, tratados e documentos, que denunciam e condenam toda e qualquer forma de violação de direitos. Isso ocorreu em resposta a desafios específicos principalmente no campo da proteção e violação ambiental, atraindo interesse especial aos direitos sobre as coletividades humanas como os povos ou grupos marginalizados e vulneráveis (indígenas, quilombolas, minorias étnicas, pobres urbanos e rurais, mulheres, crianças, idosos, religiosos, pessoas com deficiências etc.).

Brügger nos coloca que,

A chamada crise ambiental, de dimensões planetárias, implica, portanto a revisão de diversos conceitos que estruturam o pensamento hegemônico. Ela ultrapassa muito o contexto conservacionista da ‘manutenção de um nível ótimo de produtividade nos ecossistemas naturais ou gerenciados pelo homem, de preservação de recursos naturais ou ainda do controle da poluição’, expressões que revelam uma visão totalmente pragmática do mundo e da própria natureza (1999, p.17).

A preocupação com a preservação e recuperação do meio ambiente são questões relevantes que afetam diretamente o bem estar das pessoas e ressalta ainda como um tema de maior interesse a proteção às condições de saúde e qualidade de vida. Isso significa que o foco é a garantia dos direitos de satisfação das necessidades básicas do ser humano tais como: alimentação, moradia, saúde, educação, lazer etc. Em suma, as tendências atuais revelam que não há mais dúvida que a proteção ambiental está inexoravelmente ligada a questão de proteção de direitos humanos, pois compartilham interesses mútuos para a completa realização do direito fundamental a vida em seu sentido mais amplo, o direito de viver.

Nesta perspectiva de violação e garantias de direitos, o que vem sendo questionado são os valores da sociedade industrial e consumista, gerados pelo paradigma mecanicista-reducionista, o que implica reconhecer que a natureza é inseparável do ser humano.

Conformando essa direção social com a análise acerca da questão ambiental, Brügger afirma que “a chamada crise ambiental é, portanto a crise de uma determinada visão de mundo, uma crise de paradigma (teórico e prático)” (1999, p.19). A crise atual, vista de forma generalizada, possui uma base única, a base da compreensão, de visão e de valores que estão diretamente vinculados à sociedade técnico-industrial e precisam ser superados.

Essa percepção faz emergir a consciência política portadora de uma ação que se contrapõe e rompe com a visão técnica depredadora, manipuladora com conceitos fechados e auto-suficientes.

Além disso, no centro destas inúmeras crises que são apresentadas, se emerge um movimento de revisão de paradigmas e de pensamento ligados à integração inter - e transdisciplinares que se fazem necessários para o confronto dos problemas sócio-ambientais mundial, apontando para a busca de um enfoque sistêmico e não linear sobre as interrelações sociedade x meio ambiente. A idéia não é congelar o crescimento, mas repensar qual sua ética e de que forma fazê-lo direcionando-o para o desenvolvimento sustentável ou eco-desenvolvimento, com preservação e recuperação ambiental, com crescimento social e econômico, justiça social e ambiental, com democracia política. A busca de um desenvolvimento com princípios de justiça sócio-ambiental ultrapassa a preocupação preservacionista ou naturalista, se preocupa com as conseqüências e efeitos devastadores e de longo prazo provocados, pela sociedade urbano industrial na natureza, na sociedade e principalmente na qualidade de vida dos indivíduos.

As diversas crises e ou questões sociais expostas, com a dominação do capital, as corrupções em todos os níveis, a escassez da água, a devastação ambiental, a miséria e a pobreza estão explicitamente apresentados, não sendo mais possível enfrentá-las de acordo com o antigo modelo compartimentalizado e fragmentado da vida, reproduzindo as assimetrias de poder e riqueza do sistema capitalista. Nessa perspectiva de superação desse tipo de análise – e por que não dizer um tipo de intervenção – atomizada da questão social é que se torna necessário a compreensão da crise ambiental como constituinte e constituída de outras questões perpassando-as e estando atravessada nas demais.

A insustentabilidade mundial existente, não possui apenas uma causa, ao contrário, ela é fruto de um longo processo cíclico e histórico estabelecido pela lógica do funcionamento do sistema capitalista juntamente com as ideologias racionalizadoras baseadas em visões utilitárias e pragmáticas.

Isso significa dizer que sob a lógica egoísta e individualista o homem dominou e explorou a natureza e o seu semelhante, porém isso está atingindo um limite e caso não seja repensado o paradigma adotado permanece a ameaça a todas as formas de vida do planeta. Segundo Acsehrad “a raiz da degradação do meio ambiente seria a mesma da desigualdade social” (ACSELRAD, 2001, p. 34).

Isso tudo demonstra que atualmente não faz mais sentido tratarmos as questões ambientais e sociais de formas separadas e compartimentalizadas, é necessário analisar e

compreender a interação dinâmica e a organização dos diversos elementos que compõe o planeta e a vida.

Não podemos mais falar isoladamente de crise ambiental, de crise social ou crise econômica. O que hoje nos apresenta e questiona é uma crise global que atinge todos os setores da sociedade e que obriga a sociedade a pensar na sua história e cultura, refletindo sobre sua formação social, econômica e política.

É diante deste cenário delicado que necessitamos a compreensão da questão ambiental em suas múltiplas e complexas relações, envolvendo aspectos ecológicos, sociais, econômicos, culturais, tecnológicos, políticos, éticos, estéticos e psicológicos, como demonstra o mapa da figura nº 1. O problema atual, não são as catástrofes de ordem natural, mas sim a degradação sócio-ambiental que vem ocorrendo de forma gradativa e que atinge diretamente todos os seres vivos.

Explicar o quadro.

Figura 1 - Mapa da crise global (Baseado na leitura do livro: Educação Ambiental, princípios e práticas de Genebaldo Freire Dias, São Paulo: Gaia, 2000).



Assim, o desafio imposto é de conseguir encontrar meios e estratégias de desenvolvimento social e econômico diminuindo e ou evitando a agressão ao meio natural e visando também não violar direitos fundamentais à vida. Se o objetivo a ser alcançado é de um desenvolvimento sustentado, devem ser analisados criteriosamente os fatores de mundialização dos mercados, o milagre das telecomunicações, a estabilização da economia, avanço da ciência e tecnologia que são diretamente originadas das relações sociais.

Uma postura analítica e interventiva – de fato interdisciplinar - frente a questão ambiental estimula e convida diversos campos do pensamento, bem como as profissões, a assumirem o desafio de desenvolver uma abordagem que rompa com a fragmentação e compartimentalização que essa questão vem sofrendo, sempre subjugada aos imperativos do lucro.

3 SERVIÇO SOCIAL E FORMAÇÃO PROFISSIONAL

‘Saber a gente aprende com os mestres e com os livros.
A sabedoria se aprende é com a vida e com os humildes’.
(Cora Carolina)

3.1 SERVIÇO SOCIAL E SUAS COMPETÊNCIAS

Para compreender as implicações teóricas, filosóficas e metodológicas do Serviço Social na atualidade é necessário apresentar os elementos históricos que fundaram e fundamentaram enquanto profissão.

Nas décadas de 1920 e 1930, o Brasil enfrenta crises econômicas e políticas, no período de mudança de um sistema agro-exportador para um sistema urbano industrial o que ocasionou um incremento da migração do campo para as cidades, aumentando a concentração da população marginalizada e pobre, somando-se ainda a problemas da falta de infra-estrutura para atender toda população. Neste período, se iniciou a organização da classe operária que se posiciona e reivindica melhores condições de trabalho, gerando assim conflitos entre operários e empresários industriais, envolvendo também o Estado, que buscavam estratégias para restaurar a ordem social. Com a pressão exercida pelo movimento operário, o Estado abre espaços para a assistência e previdência e alia-se as obras sociais desenvolvidas pela Igreja. As organizações e ações da Igreja católica influenciaram durante um longo período a filosofia do Serviço Social.¹¹

A industrialização continuou progredindo, e conseqüentemente os seus efeitos negativos na sociedade acompanharam o mesmo ritmo. Desigualdades no nível de vida, aumento da população marginalizada, desempregados, problemas de habitação, aumento de favelas com falta de saneamento básico piorando os problemas de saúde e entre outros. Assim, para tentar solucionar ou minimizar estes problemas da grande massa da população, foram criados alguns serviços Públicos assistenciais como Legião Brasileira de Assistência (LBA) em 1942; SENAI (Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial) em 1942; SESI (Serviço Social da Indústria) em 1946; estes foram espaços de atuação do Serviço Social que iniciou o seu processo de legitimação e institucionalização.

¹¹ Autores que compartilham desta idéia: Iamamoto e Carvalho, 1982; Faleiros 1997; Silva, 1984.

Nos períodos entre as décadas de 1940 e 1960, com o regime populista e desenvolvimentista, teve início o predomínio das influências norte americanas na formação profissional, onde as doutrinas religiosas começam a se reportar as correntes psicológicas e sociológicas, destacando o positivismo e o funcionalismo. Em 1945, iniciou-se uma mobilização e articulação para o reconhecimento do Serviço Social enquanto curso de nível superior. O modelo de formação profissional utilizado começa a compreender o desenvolvimento social como resultado de capacidades individuais e culturais, “a formação teórica passa a constituir-se de dois eixos: homem e a sociedade” (SILVA, 1984, p.41). Neste período surgem os chamados métodos tradicionais de caso, de grupo e de comunidade, assim as intervenções profissionais começam a se voltar para a integração social na coletividade, deixando de lado a preocupação apenas com o indivíduo. Através destes métodos, passa-se a dar ênfase na instrumentalização técnica do assistente social, afastando o pressuposto neotomista para os pressupostos funcionalistas da sociologia.

A partir da década de 1960 o Brasil passa por um momento de profundas mudanças econômicas, com quedas nas taxas de desenvolvimento e lucros, aumento da inflação e entre outros. Esta crise provocou um avanço na mobilização e organização das classes populares, que através de sindicatos, partidos políticos, movimentos populares tanto nos centros urbanos como na área rural, porém enquanto movimento não havia firmado lideranças e nem possuía um projeto político alternativo que pudesse chegar a uma posição de hegemonia.

Após 64, com o golpe militar, o quadro conjuntural continua registrando profundas transformações na economia, na política e na vida social brasileira. O regime político populista cede lugar a uma política voltada ao sistema produtivo, desenvolvimentista e de forte repressão, o que caracterizou também o afastamento popular dos processos decisórios. A política social, neste período é totalmente voltada para a reprodução da força de trabalho e passa a se efetivar a partir de três áreas: assistencial, previdenciária e programas de impactos. Neste contexto ocasionaram-se transformações na Universidade e conseqüentemente isso também afetou o Serviço Social tanto na institucionalização quanto na formação profissional. A proposta do modelo de política desenvolvimentista se apresenta insuficiente e aponta para uma nova proposta de transformação da sociedade, assim se passa a questionar as metodologias, teorias e objetivos da profissão do Serviço Social, tanto no Brasil, quanto na América-Latina, onde foi possível observar um aumento no número das escolas. Esta reconceituação do Serviço Social ocorre em um cenário específico de inconformismo popular, de tensões e conflitos, de crise de ordem política e econômica. Assim, como resposta a esta situação, são criados e ampliados os programas sociais e o Serviço Social é chamado a

reavaliar sua prática profissional, indicando a necessidade de uma “nova perspectiva teórico-metodológica, fundada nas categorias da dialética. O objeto da ação profissional deveria se deslocar dos problemas individuais, grupais e comunitários para os problemas estruturais da sociedade” (SILVA, 1984, p. 43).

Na década de 1970 e 1980, o Serviço social passa por um processo de reconceituação, o que significou uma crítica radical ao movimento vigente e uma ruptura com o conservadorismo, buscando um deslocamento para a discussão do Ser Social, deixando a centralidade na pessoa humana. Diante disso, os assistentes sociais adotaram uma postura crítica sobre a prática institucional e se engajaram politicamente aos movimentos populares, estabelecendo um compromisso ético-político com a classe trabalhadora, visando romper com a prática paternalista e clientelista que predominava até então.

A década de 1980 representou um marco histórico referente ao processo de redemocratização da sociedade brasileira, com a aprovação da Constituição Federal em 1988, no qual o cenário político foi marcado pela intensa participação dos novos atores sociais, através dos movimentos sociais que vinham desde as décadas anteriores questionando o modo de organização social.

Nos anos 1990, com o processo de globalização e da economia neoliberal que apresentou inúmeras reconfigurações no cenário mundial e nacional, principalmente no que se refere ao agravamento das questões sociais, configurando assim ao Serviço Social novos desafios. Neste sentido, o Serviço Social inicia o processo de construção do projeto ético-político profissional, e em 1993 foi aprovado o Novo Código de Ética da Profissão, o que resultou na consolidação do projeto com o compromisso com as competências teórico, técnica, metodológica, política e ética dos Assistentes Sociais para com a sociedade.

Desse período até hoje o Serviço Social sofreu radicais mudanças na sua concepção, na forma como se define e nas suas competências. As competências expressam a capacidade e habilidade que o profissional requer, para apreciar e dar respostas a determinados problemas e assuntos enfrentados no seu cotidiano de trabalho.

Conforme a Lei 8662/93, que também fez parte deste processo de reconceituação e reestruturação da profissão, e que dispõe sobre a regulamentação da profissão de Assistente Social, em seu Artigo 4º, aponta:

Art 4º Constituem competências do Assistente Social:

I – elaborar, implementar, executar e avaliar políticas sociais junto a órgãos da administração pública, direta ou indireta, empresas, entidades e organizações populares.

- II - Elaborar, coordenar, executar e avaliar planos, programas e projetos que sejam do âmbito de atuação do Serviço Social com participação da sociedade civil;
- III - Encaminhar providências, e prestar orientação social a indivíduos, grupos e população;
- IV - Vetado
- V - Orientar indivíduos e grupos de diferentes segmentos sociais no sentido de identificar recursos e de fazer uso dos mesmos no atendimento e na defesa de seus direitos;
- VI - Planejar, organizar e administrar benefícios sociais;
- VII - Planejar, executar e avaliar pesquisas que possam contribuir para a análise da realidade social e para subsidiar ações profissionais;
- VIII - Prestar assessoria e consultoria a órgãos da administração pública direta e indireta, empresas privadas e outras entidades, com relação às matérias relacionadas no inciso II deste artigo;
- IX - Prestar assessoria e apoio aos movimentos sociais em matéria relacionada às políticas sociais, no exercício e na defesa dos direitos civis, políticos e sociais da coletividade;
- X - Planejamento, organização e administração de Serviços Sociais e de Unidade de Serviço Social;
- XI - Realizar estudos sócio-econômicos com os usuários para fins de benefícios e serviços sociais junto a órgãos da administração pública direta e indireta, empresas privadas e outras entidades (BRASIL, Lei 8662/93; Art 4º.)

Assim, o referido artigo, expressa um conjunto de conhecimentos e habilidades que orienta e determina o exercício profissional, não apenas como uma mera execução de programas e políticas, mas que se materializa em ações mais complexas, que envolve procedimentos técnico-operativos e princípios ético-políticos na identificação das demandas e problemas que se desdobra em elaboração, coordenação, planejamento, implantação e avaliação de políticas e programas de intervenção ao qual estão inseridos.

Segundo o conjunto CFESS/CRESS /ABEPSS (Conselho Federal de Serviço Social, Conselho Regional de Serviço Social e Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social) em documento publicado em “Cadernos da ABEPSS” (Formação Profissional: Trajetórias e Desafios), nº. 7 em 1997, há dificuldade de definição do objeto de trabalho e da especificidade do Serviço Social, assim como também de outras profissões da área social. O profissional do serviço social ocupa cada vez mais espaços no mercado de trabalho, sendo demandado para a gestão de políticas sociais, sejam públicas ou privadas, que no quadro atual, colocam desafios à profissão diante da complexidade da realidade. É papel fundamental do Assistente Social intervir no planejamento e análise das problemáticas mais amplas da atualidade. Identificando-as a partir das relações e das mediações entre as mudanças ocorridas no sistema capitalista, no Estado e no mercado de trabalho. Neste sentido, os assistentes sociais, através de suas competências e habilidades já acumuladas se mostram

capazes de conhecer, explicar e orientar sua própria intervenção a partir da realidade que precisa ser constantemente reinventada.

A formação profissional em Serviço Social, reúne conhecimentos sociológicos, históricos, econômicos, jurídicos, psicológicos etc. e tem como instrumento de intervenção a viabilização das políticas sociais, atuando no campo da questão social, ou seja, as suas manifestações. Porém, na maioria das vezes não isoladamente, pois compartilha, e às vezes compete, neste campo com outros profissionais da área social e humana, cada um intervindo de acordo com sua qualificação e suas competências. Isso quer dizer, que mesmo em equipes interdisciplinares ou não, o assistente social tem competências e aptidões específicas de intervenção exclusiva de sua profissão.¹²

A atuação profissional, independente do campo de trabalho, exige habilidades específicas, domínio das informações e ferramentas que possibilite o reconhecimento da realidade e da demanda apresentada para conseguir a realização do exercício profissional. A investigação constante cabe como um papel importante neste caso, visando um aprimoramento dos conhecimentos.

Pensar as competências profissionais leva novamente e constantemente a considerar os espaços ocupacionais do Assistente Social, no qual cabe salientar que há dificuldades em delimitar com precisão estes campos, sendo que no contexto da contemporaneidade, são impostos novos espaços e novas demandas profissionais, o que remete a novas competências ou no mínimo o seu redimensionamento.

Neste cenário constante de discussão sobre o objeto de trabalho do serviço social, ou seja, sobre as diversas manifestações da questão social enquanto fruto das profundas e aceleradas transformações sócio-históricas nos modos de produção e reprodução das relações sociais, se reflete um novo redirecionamento das competências e habilidades dos Assistentes Sociais frente ao enfrentamento destas novas questões.

Ao nos referirmos as competências profissionais, direcionamos diretamente à formação profissional, enquanto meio para garantir ou adquirir tais competências.

3.2 FORMAÇÃO PROFISSIONAL

¹² Com essa análise, não estamos nos remetendo ao debate sobre as atribuições privativas do Assistente social.

Tanto o projeto ético-político, quanto a formação profissional passaram, nas últimas décadas do século passado, por um processo de profunda reavaliação que culminou em uma série de modificações. Reflexo da qualificação e amadurecimento do fazer profissional na sua relação com a sociedade o Novo Código de Ética do Serviço Social –1993- possibilitou, também, uma aproximação com as Unidades de Ensino e uma maior produção acadêmica.

Por estar inserido, enquanto profissão, na divisão sócio-técnica do trabalho e por atuar diretamente com a questão social em suas mais diversas nuances deverá o Serviço Social, buscar os elementos e fundamentação para formação profissional nas esferas da realidade social.

A formação profissional do Serviço Social está, atualmente, baseada numa proposta curricular básica que foi aprovada, após um amplo debate feito entre a Associação Brasileira de Ensino Pesquisa em Serviço Social - ABEPSS, Unidades de Ensino, professores, alunos e representantes da categoria profissional no ano de 1996 na cidade do Rio de Janeiro. A proposta de um currículo mínimo para os cursos de Serviço Social surgiu a partir de avanços advindos de décadas anteriores e baseados na compreensão da questão social enquanto objeto de atuação profissional, e também, das questões teórico-metodológico que permitem uma ação interventiva. Os debates foram no sentido de amadurecimento e superação das lacunas entre labor teórico intelectual e o exercício profissional no cotidiano.

O eixo direcionador da avaliação e construção de uma nova proposta curricular foi baseado nas discussões em torno de uma melhor compreensão do termo questão social, ele é quem oferta solidez e sentido a profissão. Em decorrência da dinâmica de desenvolvimento que possui o sistema capitalista de produção e do papel que os homens desempenham neste processo, os elementos configuradores da questão social estão em contínua transformação. Como consequência há um reflexo direto no mundo do trabalho, em que se inclui também o trabalhador Assistente Social e suas atividades ligadas as estratégias de desvelamento, enfrentamento e respostas a essas mudanças, ou seja, a profissão se transforma nas condições e relações a qual ela se inscreve.

Nesta proposta curricular, as unidades de ensino têm autonomia para negociarem e construir seus currículos plenos. Todos os núcleos comportam e se desdobram em várias disciplinas e conteúdos que são necessários para a construção de conhecimentos, habilidades e competências aos futuros profissionais. Como salienta Iamamoto, estes núcleos “representam uma seqüência evolutiva de matérias internas e externas ao universo profissional” (IAMAMOTO, 2005, p. 73). Esta estrutura curricular é considerada inovadora, porque pretende aproximar a vivência acadêmica dos alunos com profissionais e a sociedade.

A preocupação atual das unidades de ensino está em preparar os futuros profissionais para o enfrentamento das demandas postas pelo mercado de trabalho. A formação profissional deve ser repensada levando sempre em consideração os desafios impostos pelas grandes mudanças e questões que emergem do movimento e da interrelação da sociedade capitalista, do Estado e do mundo do trabalho.

Isto significa que as mudanças atuais exigem dos profissionais novas formas de agir, mas exige principalmente novas formas de pensar sobre a realidade. Neste sentido, Bosquetti se refere sobre as competências que “só pode ter como base o aprimoramento intelectual, [...] com formação acadêmica qualificada, alicerçada em concepções teóricas – metodológicas críticas e sólidas, capazes de viabilizar uma análise concreta da realidade social (...)” (grifos originais). (BOSCHETTI, 2004, p. 124).

Entendendo a formação profissional a universidade é um espaço de reflexão e de produção do conhecimento, é o espaço onde o conhecimento é problematizado, comunicado, sistematizado; é onde o acadêmico desenvolve sua habilidade criativa e investigativa sobre os diversos “objetos” de estudo presente em toda sociedade.

No processo de elaboração do currículo mínimo foi contemplado princípios e diretrizes que norteiam e fundamentam a atual estrutura. Os princípios, resumidamente, são: flexibilização na organização dos currículos plenos; rigor no trato teórico, histórico e metodológico da realidade social e do serviço social; adoção de uma teoria crítica; superação da fragmentação de conteúdos na organização curricular; estabelecimento das dimensões investigativas e interventivas como condição central da formação; padronização da qualidade oferecida pelos cursos diurnos e noturnos; indissociabilização entre ensino, pesquisa e extensão; exercício da interdisciplinaridade e do pluralismo, com debate sobre as diversas tendências teóricas; ética como princípio formativo; indissociabilidade entre estágio e supervisão acadêmica e profissional(ABEPSS, 1997, p 58 – 62)

Os princípios que definem as diretrizes, nada mais são que um conjunto de orientações e indicações à serem seguidas na elaboração do currículo pleno de todas as Unidades de Ensino de Serviço Social, eles contemplam a capacitação teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa; assim de acordo com a ABEPSS a formação do currículo pleno deve contemplar:

- 1- apreensão crítica do processo histórico como totalidade;

- 2- investigação sobre a formação histórica e os processos sociais contemporâneos [...] no sentido de apreender as particularidades da constituição e desenvolvimento do capitalismo e do Serviço Social no País.
- 3- apreensão do significado social da profissão desvelando as possibilidades de ação contidas na realidade.
- 4- apreensão das demandas postas ao Serviço Social via mercado de trabalho, visando formular respostas profissionais que potenciem o enfrentamento da questão social [...].
- 5- exercício profissional cumprindo as competências e atribuições previstas na legislação profissional em vigor (ABEPSS, 1997, p 62).

Assim, de acordo com os princípios e diretrizes curriculares da formação profissional levou elaboração do currículo mínimo com base na exigência teórico/prática da formação profissional, sendo dividido em três núcleos temáticos indissociáveis.

1 – Núcleo de fundamentos teóricos-metodológicos da vida social;

Este núcleo é responsável pelo tratamento do ser social enquanto totalidade histórica.

As matérias e conteúdos trabalhados neste núcleo se referem à utilização e apreensão de teorias clássicas e contemporâneas para o entendimento, deciframento e conhecimento do processo de desenvolvimento histórico da sociedade e de sua atual forma, isto é, “formulação” de teorias que possibilitem a compreensão da questão social, do trabalho, das classes sociais e de outros elementos estruturantes da realidade social.

Faz-se necessário um reenquadramento teórico e conceitual das ciências sociais, humanas e ecológicas, principalmente do Serviço Social, exigindo uma maior aproximação destas, para uma maior compreensão do conceito do que é sociedade, da dinâmica social na contemporaneidade, com as relações e interações entre o meio natural e socialmente construído. Implica aproximar conhecimentos das diferentes áreas como, a sociologia, antropologia, filosofia, psicologia, ciências exatas da terra, e biológicas abordando estes estudos e conhecimentos para compreender também conceitos de conscientização, luta de classes, participação, democracia, direitos, justiça e outros que contemplam a vida social.

Possibilita a compreensão das configurações sociais, econômicas, culturais políticas – e por que não dizer - ecológicas do ser social através de uma análise das relações sociais na sociedade moderna.

Como se pode notar esse núcleo, ao conjugar o ser social enquanto totalidade histórica permite superar uma análise fragmentada e compartimentalizada da realidade social – como se essa pudesse ser entendida por comportamentos isolados e desconexos.

A ênfase dada neste núcleo é o ser social e sua relação com o mundo do trabalho, o trabalho é aqui entendido como o eixo central do processo de produção e reprodução da vida social, abrangendo assim, não somente a prática laboral, mas também, sua sociabilidade, desenvolvimento de consciência, valores, necessidades e subjetividades individuais e coletivas.

Neste sentido é preciso para tanto, a compreensão do movimento empreendido pelo sistema capitalista dentro das diversas formas de organização social existentes: suas relações de exploração e dominação não só humanas, mas também, ecológicas; os efeitos e conseqüências da máxima produção e de consumo e a forma como a totalidade da vida social é atingida pelas transformações e modificações no mundo do trabalho alterando a realidade social mesmo que isso traga conseqüências letais ao planeta. E ainda, um desafio de como construir e reconstruir um ser social nestas configurações. Neste caso, é preciso o entendimento crítico das relações sociais dentro da cultura consumista que influencia e prejudica a criação de identidades, de necessidades e subjetividades humanas.

Para tanto, é de extrema importância, a identificação do ser humano como parte da natureza e das relações que se estabelecem entre ambos dentro de um sistema que coloca no mesmo plano (como valor-de-troca) bens materiais, bens culturais e naturais. Uma sociedade onde tudo é mercadoria. Diante de uma pauperização quase total e absoluta, faz-se necessário pensar e analisar criticamente o conceito de “sujeito pensante”, entender as formas de resistência e submissão, a revolta e a rebeldia em contextos que se renovam.

2 – Núcleo de fundamentos da formação sócio-histórica da sociedade;

Este núcleo remete ao conhecimento da constituição econômica, social, política e cultural da sociedade brasileira.

Trata-se de uma abordagem sobre a constituição histórica da sociedade brasileira inserida na divisão internacional do trabalho, o que remete a compreensão do desenvolvimento do capitalismo industrial em seus diversos modelos de governos adotados, traçando suas transformações no modo de produção e acumulação de capitais; suas implicações materiais e imateriais na força de trabalho e na vida social. Esta parte contempla o conhecimento da constituição do Estado brasileiro, o vínculo com os setores sociais, especialmente com a classe burguesa e o papel assumido nas diferentes circunstâncias

políticas: os mecanismos econômicos e políticos de controle e manutenção da “ordem social” em seus níveis locais, regionais e nacional.

Uma compreensão conjuntural da sociedade brasileira deve levar em conta as posturas adotadas pelo Estado, pela sociedade burguesa e pelas classes trabalhistas, assim como as relações entre elas estabelecidas nas diferentes épocas históricas, neste mesmo quadro mais um elemento deve ser congregado: os movimentos sociais ligados as causas ambientais e a preservação da vida. Como resposta, por parte do Estado, aos conflitos sócio-ambientais, espera-se a concretização de políticas sociais e ambientais, compreender as leis, os projetos e programas voltados para esta questão. Como mencionado neste trabalho, exemplos de resistências e luta dos movimentos do MST e do MNRU, que fazem parte contestatória deste sistema de dominação e exploração.

3 – Núcleo de fundamentos do trabalho profissional;

O conteúdo deste núcleo considera a profissionalização do Serviço Social como uma especialização do trabalho.

A compreensão do Serviço Social enquanto profissão exige a caracterização de sua institucionalização e desenvolvimento como parte da totalidade das relações desenvolvidas no seio da sociedade brasileira. Neste caso, supõe a discussão, a compreensão sobre o objeto de intervenção na qual incide a ação transformadora, ou seja, compreender a questão social e suas mais diversas manifestações na atualidade; Também diz respeito ao trato dos mecanismos, instrumentos, técnicas de ação, assim como o conhecimento do produto final do trabalho profissional. A atividade profissional desenvolvida de forma consciente que prime pela qualidade, necessita incondicionalmente, do resgate das particularidades históricas do Serviço Social que se desenvolveram em conjunto com a sociedade e na sua relação com as instituições empregadoras.

Estes conteúdos, que estão em conexão direta com o teor dos outros núcleos, são o que possibilitam a apreensão da formação profissional, objetivada nas competências teórico-metodológicas, técnico-operativas e ético-político que permitem ao assistente social se colocar diante dos distintos cenários que exigem, para sua superação, estratégias criativas de intervenção.

Cabe destacar, a importância do caráter investigativo na vida profissional. Este, em contrapartida, exige uma capacitação crítica/analítica que viabilize o conhecimento e investigação histórica da emergência e desenvolvimento da profissão e dos objetos de ação interventiva.

A respeito do tema tratado neste trabalho e com referência as pesquisas realizadas na área do Serviço Social, foi possível fazer uma breve análise partindo dos resumos da revista, de circulação nacional, Serviço Social e Sociedade, que, desde sua primeira publicação em 1979 até os dias de hoje, possui 88 edições com a publicação de diversos artigos das mais variadas temáticas e assuntos. Dentre estes, foram encontrados apenas¹³ 07 artigos que se aproximam diretamente da temática ambiental, sendo 04 referentes a pesquisas voltadas para a questão do lixo (trabalho, saúde, desemprego); 01 sobre ecologia social; 01 sobre gênero e ecologia e 01 sobre educação e desenvolvimento sustentável.

Mesmo sendo um número reduzido, nos artigos citados acima, pode-se perceber que existem profissionais na área de Serviço Social que atuam, atuaram e pesquisam sobre a temática ambiental.

Também cabe a referência a publicação do livro “Serviço Social e Meio Ambiente” publicado em 2005 no Brasil¹⁴. Elaborado por Assistentes Sociais, Sociólogos, Geógrafos e outros profissionais da Espanha. O livro nos oferta uma boa reflexão sobre a importância da aproximação do Serviço Social com a problemática ambiental. Sua ênfase está voltada para a experiência e trajetória histórica da atuação profissional na esfera da educação sócio-ambiental e da importância de se formar Assistentes Sociais nesta área. Por fim, o livro possibilita o conhecimento de experiências vivenciadas pelos profissionais nesta área.

O caráter atual do curso de Serviço Social é generalista, o que não exclui, nem retira as particularidades e especificidades. Seu foco está voltado para o reconhecimento da realidade em sua totalidade, que compreende, não a soma de problemas individuais, mas a inter-relação e influência mútua dos diversos fenômenos.

Em relação à formação profissional do Assistente Social, Iamamoto afirma que deve ser,

[...] generalista, ampla e densa, que permita o assistente social situar-se no mundo contemporâneo, fazer a leitura dos processos sociais e apropriar-se das possibilidades neles presentes, transformando-os em propostas e frente de trabalho. Enfim, indagar a realidade, produzir conhecimentos significativos para a sociedade e projetar ações pertinentes (2000, p. 72).

¹³ Cito-os: Nº 38 - Introdução a ecologia Social – Seno A. Cornely, 1992; Nº 52 – Ilhas de Exclusão: o cotidiano dos catadores de lixo de Campos – Denise Chrysóstomos de Moura Juncá, 1996; Nº 63 – Da cana para o lixo: um percurso de desfiliação – Denise Chrysóstomos de Moura Juncá, 2000; Nº 64 – Encardidas (os) do e na história: gênero e ecologia – Cândida Moreira Magalhães; Nº 72 – Educação para a sustentabilidade: um pressuposto da participação comunitária na gestão ambiental nas cidades – Jane Eyre Gonçalves Vieira, 2002; Nº 82 – Catadores de Materiais Recicláveis: trabalhadores fundamentais na cadeia de reciclagem do país – Raquel de Souza Gonçalves, 2005; Nº 84 – Trajetórias de sujeitos no lixo – Denise Chrysóstomos de Moura Junca, 2005;

¹⁴ Título Original: Trabajo Social y Medio Ambiente – Espanha, 2004.

Esse caráter generalista implica que a formação não pode restringir a aquisição de competências e habilidades no enfrentamento de uma única expressão da questão social. Portanto, seria mais que um equívoco propor a ênfase ou supremacia da questão ambiental no processo de formulação curricular. Todavia, pelo fato mesmo de ter este caráter generalista, o entendimento, a discussão, a reflexão, o estudo de conteúdos desta temática não seria um desvirtuamento da proposta, pelo contrário, adensaria razões a formação profissional a que se propõe o Serviço Social.

Dessa forma, a formação profissional exige, ao mesmo tempo, uma reflexão sobre o atual cenário mundial em relação com as questões sócio-ambientais, apontando assim para um redirecionamento da profissão diante das alterações e transformações cotidianas. Como demonstrado, é possível observar a existência de uma transversalidade da questão ambiental nos três núcleos de fundamentos da formação, e a proposta das discussões deste trabalho é enriquecer os demais conteúdos das disciplinas e seus núcleos.

Assim, as atividades e ações dos assistentes sociais dependem da competência no reconhecimento, diagnóstico e acompanhamento dos processos societários, assim como no estabelecimento de estratégias e mecanismos possíveis de respostas a estas demandas.

O modelo de desenvolvimento dominante, com bases em produção e consumo ilimitados, resulta em desequilíbrios naturais, desempregos, fome, miséria, doenças, contaminação e outros efeitos que depauperam a vida humana, não podem ser analisadas de modo isolado e compartimentalizado. Assim como diz Yamamoto,

Sem dúvida, são questões que traduzem exigências e requisições ao trabalho do assistente social ao mesmo tempo em que sinalizam novos espaços ocupacionais e de trabalho, que reeditam dilemas éticos presentes nas tensões historicamente enraizadas na constituição da profissão e nas estratégias de respostas a questão social (2004, p. 74).

Neste contexto de radicais transformações em diversos setores da sociedade, ampliam-se novos espaços para vários campos profissionais, inclusive para o serviço Social, identificando e redefinindo suas habilidades e competências em ações inclusive no campo das questões sócio-ambientais. Estes processos de degradação da vida humana (social e ambiental) exigem novas mediações, novas formas de enfrentamento, seja por meio de políticas sociais, de iniciativas da sociedade civil e ainda do setor privado.¹⁵

¹⁵ Existe um projeto de Lei (Nº 1305/2003) em tramitação no Senado Federal, que dispõe sobre a responsabilidade das sociedades empresárias e da outras providências.

Ainda referente a isso, Iamamoto, ressalta que a exigência posta a atuação do assistente social, significa, “dar conta da questão social, hoje, é decifrar as desigualdades sociais – de classes – em seus recortes de gênero, raça, etnia, religião, nacionalidades, meio ambiente etc.” (2005, p. 114).

Portanto, a questão ambiental e seus desdobramentos se apresentam como novos canais na formulação, na gestão, implementação e controle das políticas públicas, representando uma ampliação das possibilidades de campos sócio-ocupacionais aos assistentes sociais.

Assim, cabe às unidades de ensino, às entidades da categoria, aos profissionais e aos estudantes promoverem um debate reflexivo e crítico sobre o ingresso qualificado do assistente social na área ambiental. A reflexão e o debate possibilitarão o surgimento de propostas que possam se materializar na formação profissional e em novos campos de intervenção.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho, foi apresentado que, tanto a crise ambiental quanto a crise social decorrem exatamente da expansão do regime de acumulação capitalista e que levou o ser humano a uma condição de enorme fragilidade, embora com aparente supremacia sobre a natureza tornando possível o uso e domínio quase que total de suas forças.

As questões sociais e ambientais, muitas vezes, são enfrentadas em esferas separadas e desarticuladas, como se os movimentos sociais e ambientais estivessem em lados antagônicos, cada um defendendo uma causa, um problema. Um em defesa da qualidade de vida humana e outro em defesa da preservação e recuperação dos recursos naturais, como se fosse possível estabelecer uma ordem de prioridades para estes problemas e necessidades. Porém, os efeitos sociais causados pela crise ecológica são altíssimos, e assim não se pode mais analisá-los ou defendê-los como se fossem fenômenos opostos, contraditórios, mas que estão diretamente inter-relacionados, entendendo, que tanto os problemas sociais quanto os ecológicos são gerados e alimentados pelo mesmo modelo de desenvolvimento capitalista, baseado no produtivismo e no consumismo. Portanto, estas questões sócio-ambientais devem ser analisadas, discutidas e enfrentadas conjuntamente, possibilitando e permitindo uma articulação democrática entre profissionais, governos, populações, empresários buscando estabelecer compromissos sociais, em âmbito planetário.

Partindo da compreensão que meio ambiente é a conexão entre o meio natural e o culturalmente construído, assim, a “crise ambiental” que hoje ameaça a existência de vida no mundo, requer uma maior apreensão e intervenção multi e interdisciplinar, não sendo apenas um fenômeno específico de uma área ou profissão.

A argumentação central neste trabalho tende a demonstrar que a crise sócio-ambiental existente constitui um reflexo de uma crise civilizatória, de compromissos, de participação de sobrevivência e cultura. Não está apenas colocado em xeque o modelo de desenvolvimento econômico, mas o paradigma civilizatório, insustentável. Significa se contrapor ao modo de organização da vida social, que ao mesmo tempo permite visualizar um mundo unificado, globalizado através dos meios de comunicações, das tecnologias e da ciência, e que permite também as desigualdades e injustiças sociais e ambientais atingir proporções extremas, que fragilizam e fragmentam as estruturas da vida social.

Diante dos dados e das discussões apontadas, a degradação da vida se espalha por toda a superfície da terra, sendo possível identificar o destaque que a questão ambiental vem tomando nas mais diversas esferas da sociedade, nos meios de comunicação, nas discussões políticas, nos meios acadêmicos e científicos, chamando para o debate as mais diversas áreas do saber, no seio da sociedade civil, nos movimentos sociais e entre outros.

Conforme mencionado no corpo do texto, é importante ressaltar que Serviço Social tem um projeto ético-político, com suas bases e orientações definidas no Código de Ética, na Lei de Regulamentação da profissão e nas Diretrizes Curriculares da ABEPSS, para a formação como também na atuação e o exercício profissional. Assim, o Assistente Social, tem competências e capacidade para elaborar intervenções em situações sócio-ambientais, sejam elas como, habitação, saneamento, saúde, trabalho, educação e entre outros que estão diretamente ligados à qualidade de vida e a garantia de direitos da população.

Cabe lembrar e destacar que não se pretende neste trabalho, que as problemáticas ambientais apresentadas tenham que se sobrepor às outras linhas de atuação, de reflexão, de análise e de pesquisa, mas é preciso destacar e levar em conta que elas evocam uma problemática que se torna transversal a todas essas esferas.

Os questionamentos sobre a questão ambiental, enquanto uma expressão da questão social é de extrema importância para os profissionais que atuam direta e constantemente com as mazelas que atingem a qualidade de vida de grande parte da população. E que de uma forma ou de outra incide nas estratégias e métodos de atuação profissional.

Não se trata de uma temática importante para o Serviço Social, apenas por ser polêmica e atual na sociedade global, mas por estar presente, direta e indiretamente com maior ou menor intensidade e das mais variadas formas, no cotidiano profissional e o que remete a formação profissional teórica e prática voltada para a questão sócio-ambiental. É preciso ampliar as discussões, os debates, realizar e estimular novos estudos, pesquisas, investigações, para identificar potenciais demandas surgidas na dinâmica da realidade, não excluindo as demandas tradicionais.

O desafio não é simples, não se faz apenas com apelo político e prático, mas requer paralelamente uma renovação conceitual e teórica em toda a sociedade, sobre os conceitos e valores, de desenvolvimento, de progresso, de justiça, de democracia, de direitos, e outros que possam representar uma mudança de funcionamento da sociedade. Conforme apresentado nesta pesquisa, é preciso levar em conta os avanços alcançados por alguns profissionais e por algumas áreas, na realização de pesquisas rigorosas sobre estes fenômenos emergentes na sociedade, como também através da atuação de profissionais em campos e equipes

multidisciplinares, apresentando uma possibilidade de atuação dos profissionais de Serviço Social.

4 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABEPSS. Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. **Formação do Assistente Social no Brasil e a Consolidação do projeto ético-político.** In. Revista Serviço Social e Sociedade. São Paulo: Cortez. N 79. – ano XXV. 2004, 72 – 81 p.

ABEPSS. Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. **Formação Profissional: trajetórias e desafios.** Edição Especial. São Paulo: Cortez, N° 7. 1997, 167p.

ACSELRAD, Henri (org). **A duração das cidades: sustentabilidade e risco nas políticas urbanas.** Rio de Janeiro: DP&A, 2001. 237p.

ALTVATER, Elmar. **O preço da riqueza: pilhagem ambiental e a nova (des) ordem mundial.** São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista – UNESP, 1995. 333p.

ARCOVERDE, Ana C. Brito. **Questão Social no Brasil e Serviço Social.** In Capacitação e Serviço Social e Política Social, modulo 02. Brasília, UnB. 1999, p 74-86.

BARRETO, Vânia Arraújo. **Desenvolvimento Sustentável na sociedade Capitalista Neoliberal.** Trabalho de Conclusão de Curso de Administração. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis. 2003.

BOSQUETTI, Ivanete. **Seguridade Social e projeto ético-político do Serviço Social: que direitos para qual cidadania?** In. Revista Serviço Social e Sociedade. São Paulo: Cortez, N° 79. – ano XXV. 2004, 108 – 132p.

BRASIL. Constituição (1988) **Constituição Federal a República Federativa do Brasil:** promulgada em 05 de outubro de 1988. 12ª ed. Câmara dos deputados. 1999. 359p.

BRASIL. **Código de Ética Profissional.** Conselho Regional de Serviço Social. CRESS – 2ª Região / M.A. Coletânea de Leis.

BRASIL. LEI 8662 de mês de 1993. **Lei de Regulamentação da Profissão.** Conselho Regional de Serviço Social. CRESS – 2ª Região / MA. Coletânea de Leis.

BRÜGGER, Paula. **Uma leitura ambientalista da comunicação no ocidente.** Florianópolis. Tese de Doutorado. Universidade Federal de Santa Catarina. 1999. 284p.

CAPRA, Fritjof. **As conexões ocultas: Ciência para uma vida sustentável.** 3 ed. São Paulo: Editora Pensamento Cultrix. 2002. 296p.

CARELLI, Mariluci Neis. **Os limites do Serviço Social: uma perspectiva crítica sob a ótica da ecologia política.** Pos- graduação em Sociologia Política. UFSC. Florianópolis, 1992. 212p.

FERNADES, Francisco A. M. **O Papel da mídia na defesa do meio ambiente.** Universidade de Taubaté. São Paulo. n.2 2001. Disponível em: <

www.unitau.br/prppg/publica/humanas/download/opapelmidia-N2-2001.pdf - > Acesso em: 22 novembro de 2006.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo Dicionário Aurélio da língua portuguesa**. – 3ª .ed. – Curitiba: Positivo, 2004.

GOHN, Maria G., **Teoria dos Movimentos Sociais: Paradigmas Clássicos e Contemporâneos**. SP, Ed. Loyola. 1997.

GÓMEZ, J. Andrés Domingues, AGUADO, Octavio Vázquez e PÉREZ, Alejandro G. (orgs). **Serviço Social e Meio Ambiente**. São Paulo, Cortez, 2005.

GONÇALVES, Carlos W. P. **Os (Des) Caminhos do Meio Ambiente**. 5ª ed., São Paulo: Contexto. (Coleção Temas Atuais), 148p.

GREENPEACE. **Registro de Contaminação Transgênica – 2006**. Disponível em: < <http://www.greenpeace.org.br/noticias/noticias.php?pagina=2>> Acesso em: 20 de fevereiro de 2007.

GUATARRI, Felix. **As três ecologias**. 10 ed. Campinas: Papyrus. 2000, 56p.

HARVEY, David. **A condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural**. São Paulo: edições Loyola, 1992. 349p.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 9ª ed. São Paulo: Cortez, 2005. 326p.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. CARVALHO, Raul. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil**. Esboço de uma interpretação histórico-metodológica. 14ª ed. São Paulo: Cortez; CELATS, 2001, 380p.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **População**. Disponível em <<http://www.ibge.com.br>> Acesso em 15 de novembro de 2007.

LEROY, Jean – Pierre. **Por uma Reforma Agrária Sustentável: A primeira página do gênese a escrever**. PROPOSTA, Revista trimestral de debate da FASE. Ano 29. – nº 107/108. Dez/Maio – 2005/06

MST, Movimento dos Trabalhadores Sem Terra. **60 % da população mundial podem ficar sem água em 20 anos**. Disponível em: < <http://www.mst.org.br/mst/pagina.php?cd=2856> > Acesso em: 18 de fevereiro de 2007.

O ESTADÃO. **Relatório do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas** - IPCC. Disponível em < <http://www.estadao.com.br/especial/global/noticias/2007/mar/07/190.htm> > Acesso em 12 de março de 2007.

OIT. Organização Internacional do Trabalho. **Emprego**. Disponível em < <http://www.oitbrasil.org.br/emprego.php> > Acesso em: 17 de fevereiro de 2007.

ONU. Organizações das Nações Unidas. **Relatório de Desenvolvimento Humano 2006**. Disponível em < <http://www.pnud.org.br/rdh/>> Acesso em: 13 de janeiro de 2007.

PASTORINI, Alejandra. **A Categoria Questão Social em Debate**. Cortez: São Paulo. 2004, 120p.

PNUMA – **Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente**. Disponível em, < <http://www.un.org/av/radio/portuguese/story/asp?NewsID=1875> > Acesso em 16 de fevereiro de 2007.

REIGOTA, Marcos. **Meio Ambiente e representação social**. São Paulo: Cortez, 1995. 87p.

SANTOS, Milton. **A urbanização Brasileira**. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1994. 175p.

SILVA e SILVA, Maria Ozanira. **Formação profissional do Assistente Social: inserção na realidade social e na dinâmica da profissão**. São Paulo: Editora Cortez, 1984. 128p.

SILVA, C. Almeida, Os Fóruns Temáticos da Sociedade Civil: Um estudo sobre o Fórum Nacional da Reforma Urban. In DAGNINO, Evelina. **Sociedade Civil e Espaços Públicos no Brasil**. São Paulo: PAZ e TERRA., 2002. 364p.

SOBRAL, Simone. O império e a resistência. In: PACHECO, Anelise. COCCO, Giuseppe. VAZ, Paulo. **O mundo do trabalho: império e resistências**. Rio de Janeiro: Gryphus: Museu da Republica, 2002, 27- 45p.

TANG VIDAL, Lucia Helena. **A crise ambiental na perspectiva de novos paradigmas: fundamentos teóricos para a nova gestão**. 2004 232f. Dissertação de (Mestrado em Engenharia de Produção) Centro de Ciências Tecnológicas. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis. 2004.

VIEIRA, Paulo Freire. MAIMON, Dália (org). **As ciências sociais e a questão ambiental: rumo a interdisciplinariedade**. Belém / PA. APED e UFPa. 1993, 298p.

WANDERLEY, Luiz Eduardo W. **A questão Social no contexto da globalização: o caso Latino Americano e Caribenho**. In: BÔGUS, Lucia (org) et al. Desigualdade e Questão Social. São Paulo: EDUC, 1997. 49 – 159p.

WIKIPEDIA. **Efeito Estufa**. Disponível em < http://pt.wikipedia.org/wiki/efeito_estufa > Acesso em 15 de fevereiro de 2007.

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

ANDRADE, Manuel Correia, **O desafio ecológico: Utopia e Realidade**. Editora: Hucitec Ltda. São Paulo. 1994.

BÓGUS, Lucia; YAZBEK, Maria Lucia C. BELFIORE-WANDERLEY, Mariângela. (orgs). **Desigualdade e Questão Social**. São Paulo: EDUC, 1997. 200p.

BRUGGER, Paula. Uma breve introdução a Questão Ambiental. In. **Educação ou Adestramento Ambiental?** 3ª ed. Florianópolis/ Chapecó: Letras Contemporâneas Argos. 2004. 199p.

CONTI, Laura. **Ecologia, Capital, Trabalho e Ambiente**. São Paulo: editora Hucitec, 1991.

CTBio. Comissão Técnica Nacional de Biossegurança. **Biotecnologia no Brasil**. Disponível em: < <http://www.ctnbio.gov.br/> > Acesso em: 20 de fevereiro de 2007.

DIAS, Genebaldo F. **Educação Ambiental: Princípios e Práticas**. 6ª ed. São Paulo: Gaia, 2000.

ESTRELLA, Andréia Carvalho. **Ekos da vida: estudos sobre a comunidade do Perequê**. Dissertação de Mestrado em Serviço Social. Pontifca Universidade CATÓLICA de São Paulo. – SP. 2004. 134p.

FALEIROS, Vicente de Paula. **Estratégias em Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 1997. 208p.

GOHN, Maria da Gloria. Uma proposta teórico-metodológica para a análise dos movimentos sociais na América-Latina. In. GOHN, Maria da Gloria. **Teorias dos Movimentos Sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos**. São Paulo: Loyola, 1997. 241 – 271p.

IBAMA. Coleção Meio Ambiente. **Direito do Meio Ambiente e Participação Popular**. Brasília: Ibama, 1998.

INPI – Instituto Nacional de Propriedade Intelectual. **Patentes**. Disponível em: <<http://www.inpi.gov.br/>> Acesso em: 26 de fevereiro de 2007.

LEIS, Hector. Cap. ? O mercado e o desenvolvimento sustentável. In. **A modernidade insustentável: as críticas do ambientalismo a sociedade contemporânea**. Petrópolis: Vozes/ Editora da UFSC. 1999, 146 – 167.

MARTINE, George (Org). **População, Meio Ambiente e Desenvolvimento: verdades e contradições**. Campinas- SP: editora da Unicamp, 1993.

MARTINELLI, Maria Lucia. **Serviço Social, Identidade e Alienação**. 8ª ed. São Paulo: Cortez. 1984. 165p.

MELO, Mauro Martini. **O (des) envolvimento do “desenvolvimento” capitalista: pode haver desenvolvimento sustentável em um modo social de produção capitalista?** Florianópolis. Programa de Pós-graduação em engenharia Sanitária Ambiental. UFSC. Florianópolis. 2003.

RIBEIRO, Mauricio. A. As necessidades básicas e o consumo sustentável. In. **Ecologizar: pensando o ambiente humano**. 2ª ed. Belo Horizonte: RONA. 2000. 84-96p.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **O desafio metropolitano: um estudo sobre a problemática sócio-espacial nas metrópoles brasileiras**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

TACHIZAWA, Takesky. **Gestão Ambiental e Responsabilidade Social Corporativa. Estratégias de negócios focados na Realidade Brasileira**. 3ª ed. São Paulo: Atlas, 2005. 427p.